

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ELISA DAMATO DE LACERDA RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: análise a partir dos conceitos norteadores da ação profissional informados nas dissertações do programa de pós - graduação do DSS/ UFSC

FLORIANÓPOLIS

2014

ELISA DAMATO DE LACERDA RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: análise a partir dos conceitos norteadores da ação profissional informados nas dissertações do programa de pós - graduação do DSS/ UFSC

Trabalho de Conclusão submetido ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço social. Orientadora: Professora Carla Rosane Bressan.

FORIANÓPOLIS

2014


ELISA DAMATO DE LACERDA RODRIGUES

SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: análise a partir dos conceitos norteadores da ação profissional informados nas dissertações do programa de pós - graduação do DSS/ UFSC

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal de Santa Catarina, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. (Carla Rosane Bressan)

Orientador(a)



Gabriela Augusto Vicente

Examinador(a)



Prof. (Mariana Pfeifer Machado)

Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiro a **Deus** que esteve comigo em todos os momentos. Agradeço ao meu marido **Altair Moisés Rodrigues**, que sempre me apoiou na concretização dos meus sonhos. Às minhas amigas da graduação **Tamara Liana Dutra** e **Deise Olídia Gonçalves** que estavam sempre presentes; Aos meus **familiares**, que me incentivaram durante o curso; Agradeço a dedicação da Prof. **Carla Rosane Bressan** em me orientar neste trabalho, e a **todos os professores do Departamento de Serviço Social** que contribuíram para a minha formação.

“Ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós não entramos na vida de alguém sem nenhuma razão”

(Chico Xavier)

RESUMO

O trabalho tem como temática de estudo a atuação do Assistente Social no campo da Educação Básica. O objetivo principal está em conhecer a inserção do Serviço Social na Política de Educação Básica, tendo como finalidade analisar como está se configurando a experiência profissional. E, como objetivos específicos busca-se identificar os conceitos que norteiam a atuação profissional do Serviço Social no campo da Educação Básica; reconhecer e caracterizar a atuação dos profissionais, bem como os desafios postos no âmbito do Serviço Social. Analisa a produção acadêmica – científica do programa de pós – graduação do Departamento de Serviço Social da UFSC, no período de 2004 à 2013. Fundamentada na metodologia quanti-qualitativa concentra suas análises nas palavras – chave e conceitos norteadores demonstrando as bases teóricas que estão direcionando a ação profissional na área da Educação Básica. O trabalho possui três partes principais: a primeira traz os aspectos históricos da Educação e o seu papel na atualidade; a segunda reflete sobre a inserção do Serviço Social na política educacional e as ações realizadas pela categoria nesta área de atuação, como também referencia a educação como um direito social garantido pelo Estado; a terceira realiza a análise das dissertações através dos conceitos das dissertações de mestrado que norteiam a ação profissional. Serão utilizados autores como Freitag (1980), Giles (1987), Gentilli (1999) e Frigotto (1996), Witiuk (2004), Silva M.M.J (2012) e Silva T.T.F (2012) dentre outros. Como resultado da pesquisa podemos indicar que os principais conceitos norteadores identificados são Educação, Serviço Social, Política Pública, Políticas Sociais, Inclusão, Exclusão Social, Globalização, Avaliação, Direito Social que reafirmam o reconhecimento e a necessidade da garantia da educação como um direito social.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação Básica, Inserção Profissional, Educação como direito.

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico1: Dissertações de Mestrado do curso de Serviço Social, publicados no site oficial da Universidade Federal de Santa Catarina.....	47
Gráfico 2: Incidência das palavras-chave das dissertações de mestrado no campo educacional público de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.....	49
Gráfico 3: Incidência de Conceitos Gerais Retirados das dissertações de Mestrado do Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Dissertações de mestrado do Curso de Serviço Social da UFSC na área da Educação Básica Pública no período de 2004 à 2013.....	72
Quadro 2: Palavras-chave das 7 dissertações de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina na área da Educação Básica Pública no período de 2004 à 2013.....	73
Quadro 3: Dissertações de mestrado do Serviço Social da UFSC selecionadas de acordo com os critérios metodológicos da pesquisa.....	51

LISTA DE SIGLAS

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC- Ministério da Educação

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PNE-Plano de Educação Nacional

MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado

EJA- Educação de Jovens e Adultos

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

PEC- Projeto de Lei

APP- Associação de Pais e Professores

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL	12
2.1. Aspectos históricos da educação brasileira.....	12
2.2. O papel atribuído à Educação Básica nesse momento contemporâneo.....	26
3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ENQUANTO CAMPO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	30
3.1. Elementos históricos de inserção do Assistente Social no campo educacional brasileiro.....	30
3.2. Educação enquanto direito social e a atuação do Assistente Social no campo educacional.....	35
4. SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: ANÁLISE DOS CONCEITOS NORTEADORES DA AÇÃO PROFISSIONAL INFORMADOS NAS DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	46
4.1. Metodologia.....	46
4.2. Primeira aproximação às dissertações do campo da educação básica: o que as palavras chave revelam.....	48
4.3. Dissertações do campo da Educação Básica: conceitos que delineiam a ação profissional.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES 01- Quadro	72
APÊNDICE-02- Quadro	73
ANEXO1 – Projeto de Pesquisa	74

1. INTRODUÇÃO

A escolha da temática do trabalho de conclusão de curso, é fruto da experiência como bolsista da UFSC na creche Flor do Campus, o que levou também a desencadear o interesse pelo estudo da temática do Serviço Social na educação. O estudo está inserido no conjunto de produções do projeto de pesquisa “*Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de Educação Básica*”, coordenado pela professora Carla Rosane Bressan, que trata-se de um estudo exploratório a cerca da inserção do assistente social no campo educacional em Santa Catarina.

O objetivo principal é conhecer a inserção do Serviço Social na Política de Educação Básica, tendo como finalidade analisar como está se configurando a experiência profissional. Como objetivos específicos busca-se identificar os conceitos que norteiam a atuação profissional do Serviço Social no campo da Educação Básica; reconhecer e caracterizar a atuação dos profissionais, bem como os desafios postos no âmbito do Serviço Social.

A pesquisa tem como foco de análise a produção acadêmica – científica do programa de pós – graduação do Departamento de Serviço Social da UFSC. Fundamentada na metodologia quanti-qualitativa concentra suas análises nas palavras – chave e conceitos norteadores subjacentes que orientaram a produção e que explicitam as características da prática profissional. E, decorrente desse movimento de pesquisa pode-se mapear o crescente interesse de estudo e atuação dos profissionais de Serviço Social na área da Educação Básica. A pesquisa aborda o contexto histórico da educação básica brasileira contemporânea, referenciando a política educacional como um direito social – perspectiva que o Serviço Social tem como compromisso contribuir para a sua efetivação.

Na primeira sessão do trabalho será abordado aspectos históricos da educação no Brasil e o seu papel com o objetivo de contextualizar a política social. O resgate histórico será realizado a partir da década de 1930 pois é momento em que as bases de produção no país se alteraram, e o modo de produção passou do agroexportador para o capitalismo industrial, onde os conflitos entre as classes burguesa e a trabalhadora tomam maior visibilidade, originando a luta pelos direitos sociais. Para fundamentar o percurso histórico serão utilizados autores como Freitag

(1980), Aranha (1996), Saviani (2008), Frigotto (1996), Gentilli (1999 e 2005), Sacristán (1999), Lima (2012).

A segunda sessão irá abordar a inserção do Serviço Social na educação no Brasil a partir da década de 1930, que foi o período de origem da profissão no país, vinculada a igreja católica. A partir da contextualização histórica do serviço social na educação, é abordado as contribuições do assistente social na garantia do direito à Educação. Serão usados autores para a reflexão como Silva M.M.J (2012), Silva T.T.F. (2012), Witiuk (2004), Santos (2012), Bobbio (2004), Wolkmer (2003), Amaro (2001), e leis como a LDB, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

A terceira e última sessão é apresentado os dados da pesquisa, onde é feita a discussão a cerca das palavras – chave e dos conceitos norteadores subjacentes tendo em vista perceber como a atuação profissional está se delineando, como também qual sua vinculação com o projeto ético-político profissional. Foram utilizados autores para as análises como Boschetti (2009), Sarita (2011) e lamamoto (2008). E por fim o trabalho apresenta as considerações finais.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1. Aspectos históricos da educação brasileira

Para refletir o Serviço Social na educação básica é importante o resgate dos momentos históricos que foram relevantes na construção desta política social, com a finalidade de contextualizar a área em que irá se desenvolver a pesquisa. Porém, este trabalho não poderá retomar toda a história educacional brasileira. Será analisado os eventos que foram mais significativos, situar de forma breve o processo de construção da educação no Brasil, e priorizados os aspectos econômicos, políticos, sociais e relacioná-los com a construção da política social no plano legal e a sua concretização ao longo das décadas.

Ainda, será comentado como a política educacional brasileira teve influências do projeto neoliberal, no qual se concretizou com a Reforma do Estado no país. No contexto da reforma, a expansão da educação nacional é realizada de forma precária, juntamente com o estímulo do Estado a sua mercantilização.

O histórico será abordado a partir de 1930, pois foi a década que as relações de produção se alteraram dentro do cenário do Brasil devido o início da industrialização com a entrada do capitalismo, que intensificou as demandas da sociedade por direitos sociais. Será finalizado com o governo de Dilma Rousseff que irá mostrar as principais ações do seu mandato sobre a educação. Esse recorte histórico foi priorizado para reconhecimento da educação na atualidade. Por esse motivo, não é objetivo do trabalho realizar a retomada a partir do Brasil Imperial.

Com isso, irei discorrer um pouco sobre a construção da educação brasileira a partir da década de 1930, com a finalidade de chamar atenção para os principais momentos da história brasileira e refletir os cenários econômicos, ideológicos e sociais que participaram do processo de construção da educação no Brasil.

Segundo Freitag (1984) a atuação do Estado na política e economia representava os interesses da elite dominante , constituída pelos cafeicultores, que antecede a década de 1930:

(...) fortalecimento das instituições da sociedade política decorria, por sua vez, da importância que os aparelhos jurídicos e repressivos do Estado adquiriram como mediadores do processo econômico. Este se limitava, para a fase em questão, praticamente à produção do café para o mercado

internacional. Por isso, a atuação do Estado vai se dar praticamente entre este mercado e os interesses dos cafeicultores paulistas. Era o Estado que avalizava os investimentos no setor ferroviário, contratava os empréstimos para a expansão da produção cafeeira nos países de economia hegemônica e incentivava (financiando-a, parcialmente) a imigração da força de trabalho necessária, em decorrência da expansão das lavouras.(p.49)

A mesma referencia que já na década anterior, a economia brasileira era baseada na produção de café para a exportação e na importação de produtos industrializados uma vez que o país era eminentemente agrário. Com a crise da superprodução de café no Brasil, e no quadro mundial da crise de 1929, a economia no país entra em recesso. Nesse contexto, o Estado tem suas ações muito mais voltadas à gestão da economia do que às demais áreas das políticas sociais, assim a política educacional continua a ser desenvolvida pelo setor privado, ou seja, pela igreja¹.

Logo, após este momento de crise na economia brasileira o cenário produtivo se altera, e inicia-se a transição da base econômica, até então prioritariamente agrícola para então de base industrial. Uma das grandes finalidades era de cessar as importações dos bens de produção, onde os produtos passam a ser fabricados nas indústrias do país, que recebem incentivos do Estado para se instalarem. Esse processo fortalece o crescimento da “classe burguesa”, que com o seu poder aumentando, concorre politicamente com os grandes latifundiários produtores de café. O poder político hegemônico dos cafeicultores diminui, e, o país começa uma alteração profunda no sistema produtivo, que refletirá em sua ideologia, economia, na configuração política do Estado, e evidentemente nas suas formas de atuação nas mais diferentes áreas (Freitag,1984).

Esse processo de alteração na economia dá origem a necessidades sociais que até então não estavam presentes, como por exemplo, a qualificação e produção de “mão-de-obra” para o trabalho nas indústrias. Durante a década de 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), de características ditatoriais (voltado ao controle social), vai se distinguir por “submeter a população a uma domesticação” que beneficiaria a produção industrial. A Política Educacional, neste contexto passa por modificações, voltando-se a responder à nova realidade produtiva. Uma das primeiras iniciativas foi a criação do Ministério da Educação e

¹De acordo com Andréia (2014) a Igreja Católica teve grande repercussão na história da educação brasileira, onde a sua atuação no campo iniciou-se no Brasil Colonial em 1549, com a chegada dos jesuítas no Brasil.

Saúde em 1930. Getúlio Vargas estabelece uma nova constituição em 1934², e logo inicia-se a construção do Plano Nacional de Educação.

Autores como Freitag (1984) situam esse momento como marco referencial do desenho da Política Educacional que persiste até a atualidade. E, decorrentes dessa nova lógica então implantada, novas ações tem início, tais como a definição de financiamento voltado para a educação no âmbito Federal, Estadual e municipal; o maior protagonismo do Estado na educação (reflexo de avanços na educação) onde o ensino primário se torna obrigatório e gratuito, como também a abertura de escolas profissionais para a classe trabalhadora.

Com a criação do Ministério da Educação iniciou-se a Reforma Educacional Francisco Campos, que foi a primeira reforma nacional realizada na educação, enfatizada abaixo por Aranha (1996):

Pode-se dizer que, pela primeira vez, uma ação planejada visa a organização nacional: as reformas anteriores tinham sido estaduais. Os decretos que efetivam a Reforma Francisco Campos, além dos que dispõem sobre o regime universitário, tratam da organização da universidade do Rio de Janeiro, da criação do Conselho Nacional de Educação, do ensino secundário e comercial. (...) A falta de articulação entre o curso secundário e o comercial evidencia a rigidez do sistema, enquanto o enciclopedismo dos programas de estudo, ao lado de uma rigorosa avaliação, torna o ensino altamente seletivo e elitizante. (p. 200-201)

No intervalo de 1942-1946 foi realizada a Reforma Capanema, pelo ministro Gustavo Capanema, através das Leis Orgânicas do Ensino, alterando principalmente o ensino primário e secundário, como também, a criação do SENAC (Serviço Nacional de aprendizagem comercial) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), estes voltados exclusivamente a formação do trabalhador, com a finalidade do Estado capacitar a sociedade para fornecer técnicos às indústrias e intensificar o desenvolvimento do capitalismo industrial. (Aranha, 1996)

Pode-se perceber que o país na reformulação no sistema de produção, a sociedade é conduzida pelo Estado a incluir-se no desenvolvimento industrial. Existe, porém, uma separação na educação voltada para a classe trabalhadora e para as elites, evidenciada na abertura das escolas profissionais para os filhos dos trabalhadores.

² A constituição de 1934 teve em seu documento avanços na área dos direitos, onde estabeleceu-se a jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, e outros.

Em 1946 é promulgada uma nova constituição, que impulsionou a abertura política rumo a democracia após a ditadura do governo de Getúlio Vargas. O contexto político possibilitou, durante o ano de 1948 encaminhar ao congresso o projeto “Mariani”, que foi o primeiro passo para a aprovação do que será futuramente a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) de 1961. O projeto de lei foi discutido na sociedade durante anos, e torna-se palco para disputa de interesses divergentes quanto ao destino da educação brasileira. Depois de mais de uma década de debates do projeto, com os movimentos em prol da educação no país neste período, em 1961 a sociedade consegue um avanço na área educacional com a primeira lei com as diretrizes para a educação, a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (LDB).

No ano de 1964 os militares tomam a presidência do país e o congresso é fechado. O período de controle militar ³ é caracterizado como o mais rigoroso período ditatorial do qual o país já vivenciou devido a ampla extinção de direitos já conquistados pela sociedade anteriormente, que se estende até meados da década de oitenta.

Após os militares assumirem o comando do país, em 1967 foi promulgada uma nova constituição. Este documento trazia determinações para o desenho da educação brasileira em tempos de ditadura militar. Como veremos abaixo:

Art 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana. (constituição federal, 1967)

II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; (constituição federal, 1967, art.168)

III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior; (constituição federal, 1967, art.168)

³ Iniciou com o governo de Castelo Branco seguido por Costa e Silva, Emílio Médice, Ernesto Geisel, João Figueiredo. O governo de Costa e Silva culminou com uma nova constituição, a de 1967, onde foi o período de maior fechamento da ditadura militar. No mesmo governo no ano de 1968 foi decretado o AI-5 (ato institucional numero cinco), que proibia varias ações da sociedade, como os movimentos sociais e a liberdade de imprensa.

Pode-se perceber com os referidos artigos constitucionais que a Política Educacional vai assumindo uma finalidade mercantil. Em relação a gratuidade do ensino, fica concentrada apenas no ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos, podendo ser ofertado porém no sistema privado, vinculado a concessão de bolsas de estudos para do nível primários ao superior para aqueles que não tem condições financeiras de pagar uma escola privada, reafirmando a direção assumida pelo Estado em fortalecer o oferecimento da educação através do setor privado.

Neste contexto, a educação sofre reformas, dentre elas, em 1971 uma nova LDB é promulgada, nela está previsto o incentivo ao ensino privado. O Estado não tem mais interesse de financiar a educação para a sociedade. As tendências do governo militar nas políticas públicas de forma geral seriam de uma valorização extrema do setor privado e seu desenvolvimento. A política educacional não foge a esta regra, e, as escolas privadas recebem subsídios do Estado, na forma de incentivos fiscais. Para aqueles que esperavam uma gratuidade no ensino após a nova constituição se decepcionam após tanto tempo de luta por uma educação gratuita, universal e de qualidade. E com isso, existe o agravante da conjuntura política que não favorece às mudanças sociais.

Assim, a industrialização no Brasil se intensifica nas décadas de 1970 e 1980, e, uma consequência disso que se observa é a mercantilização crescente do ensino. Conforme indica Gentili (2005) a educação não é vista com o objetivo de “formar o ser humano por completo”, e sim adequar e preparar pessoas para o trabalho, explicitando a estreita relação existente entre “escola” e “trabalho” entendido aqui no sentido de mera formação da “mão-de-obra”.

Santos (2008) traz outra questão importante na educação, onde as elites a consideram como caminho para ascensão social, e a valorização da sua qualidade a transforma em mercadoria, oferecida pelo setor privado, da qual as classes sociais menos favorecidas não possuem acesso. A educação é colocada como setor economicamente rentável e um espaço para obtenção de lucro. Como reforça na citação abaixo:

(...) até o final da década de 1970, a educação brasileira esteve fortemente alicerçada sob jogo de interesses de mercado, pois, mesmo tendo atravessado grande parte de sua trajetória em um sistema de educação dualista, que priorizava a qualidade do ensino para as elites em detrimento de uma educação de nível inferior para as camadas mais pobres da sociedade, a mudança que começa a se observar em relação à ampliação

do sistema educacional é uma mudança puramente voltada pela economia regulada. Ou seja, torna-se interessante o investimento na Educação Brasileira a partir do momento em que esta passa a ser responsável pelo desenvolvimento do país, possibilitando melhorias no padrão de vida da população, na qualidade da força de trabalho e principalmente aumento nos lucros dos empresários. (Santos, 2008, p. 18)

A mercantilização progressiva da educação é incentivada pelos governos desse período, comprometida com o fortalecimento das propostas desenvolvimentistas assumidas pela elite para o país, uma vez que não seria possível o desenvolvimento industrial, tecnológico e até “social” sem um sistema educacional voltado para as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, melhorar as taxas de escolarização do país traria aos setores industriais mais lucro, contando com trabalhadores mais qualificados, o que reafirma o indicado por autores com Freitag (1986) e Santos (2008) que o modelo de educação para a classe trabalhadora valorizado pelo Estado seria o profissionalizante, enquanto a elite frequentaria as escolas normais privadas para o acesso às universidades, confirmando que a Política Educacional brasileira é construída a partir das exigências da classe burguesa.

A política econômica influencia na forma como são pensadas as demais políticas públicas e quando supervalorizada, reflete as prioridades governamentais de desenvolvimento do setor econômico em relação ao social. O reflexo destas ações está na exclusão e estratificação social. Os trabalhadores com acesso aos altos níveis de escolaridade se tornam imediatamente mais valorizados no mercado. A diferença salarial daqueles com segundo e terceiro grau para com os que não possuem esta formação é considerável . A educação é usada para a ascensão social para as classes sociais mais elevadas. Para reforçar a perspectiva, Santos (2008) enfatiza que o ensino vira uma mercadoria desejável no mercado, pois através deste existe possibilidades de melhorias financeiras para os indivíduos. Este fato resulta em uma separação ainda maior da elite, que ingressa em um ensino pago e competitivo no mercado, da classe trabalhadora, que tem acesso à um sistema educacional público fragmentado e muitas vezes de qualidade inferior.

Na década de 1980 o sistema ditatorial entra em crise e os movimentos sociais vão em busca da democracia. Com isso, acontece a abertura do regime militar, em especial o movimento popular que teve grande repercussão – das *diretas já*. A atividade política da sociedade retorna e culmina com a promulgação da constituição

de 1988. Através dela o país tenta tardiamente entrar em um Estado de Bem Estar Social⁴. O modelo é pautado em um Estado regulador⁵ e uma economia desenvolvida, baseado em vertentes Keinesianas⁶ que buscam o desenvolvimento econômico juntamente com o social. Neste, as necessidades sociais são colocadas como direitos sociais, que serão assegurados pelas políticas públicas.

Porém, com as influências do meio econômico internacional, após validada a constituição sofreu sucessivas alterações para adaptar-se ao Projeto Neoliberal. Conforme Couto (2010) existe um paradoxo entre os ganhos sociais da Constituição Federal de 1988 e as diretrizes econômicas mundiais no capitalismo neoliberal. Enquanto, a primeira abrange um movimento de afirmação e conseqüente crescimento dos gastos com a efetivação dos direitos sociais no pós-constituição; a segunda – pautada na política econômica mundial sugerida internacionalmente, preconiza a diminuição dos gastos com o setor social e conseqüentemente decréscimo da efetivação dos direitos sociais.

No ano de 1990, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por voto direto depois do término da ditadura. Neste período as ações para a educação ficam paradas pela falta de articulação política do ministério da educação. Mas, mesmo assim busca-se o debate tendo em vista a elaboração da nova LDB, uma vez que, a partir da revisão constitucional, era necessário uma revisão geral da legislação então vigente.

Pino (1998) discorre sobre as dificuldades na elaboração da LDB durante o governo Collor, e pelo seu ponto de vista, neste período a política do MEC (Ministério da Educação) pode ser refletida através de dois momentos: No primeiro, pela ausência da atuação e entrosamento do Executivo com o Legislativo na realização de propostas para a educação, na construção da LDB, caracterizada pela falta de conhecimento do ministro da educação, Chiarelli, a respeito das necessidades da educação. No mesmo momento, a comissão de educação do congresso realiza uma negociação a respeito de propostas para a educação dos partidos políticos e fóruns representantes da sociedade. A condução das divergências e dos diferentes interesses se demonstra democrática, no entanto, a

⁴De acordo com Couto (2010) o início do Estado de Bem Estar no contexto mundial ocorreu na segunda guerra mundial e seu desmonte no consenso de Washigton na década de 1980, época da consolidação dos direitos sociais na constituição de 1988 no Brasil.

⁵Conforme Bochetti (2008) o Estado controla os mercados financeiros para diminuir o capital especulativo e regular a economia.

⁶Conforme Bochetti (2008) a ideologia foi importante para a expansão das políticas públicas.

participação do governo neste embate ficou reduzida. No segundo, com a entrada do ministro Golembert, o governo ficou mais atuante, e excluiu do debate a sociedade e os partidos políticos através de constantes retaliações ao projeto de lei discutido, e se caracteriza pelo maior protagonismo do executivo de forma não democrática.

Neste caso, o debate originou-se devido interesses divergentes, de um lado a Comissão de Educação, com o projeto para aprovação que referenciava principalmente as ideias da sociedade, e do outro a não aceitação por parte do ministro da educação que buscava assegurar que as demandas dos empresários fossem contempladas. A política educacional é palco de disputas quando na formulação da nova LDB é envolvida em discussão de interesses. A nova lei de diretrizes para a educação se concretiza somente em 1996, no primeiro ano de mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, depois de vários anos de embates. O processo da sua construção não é isento de polêmicas e contradições, e, sofre influências ideológicas contraditórias. De um lado a favor da universalização e gratuidade progressiva do ensino público - defendida principalmente por trabalhadores da educação pública e sociedade; e de outro, incentivos a atividade privada e filantrópica - defendida principalmente pelo então governo federal, numa clara opção pelos preceitos neoliberais.

Em 1995 Fernando Henrique Cardoso se torna o presidente do Brasil e de suas ações na educação, a LDB que vinha sendo debatida é aprovada em 1996. Mas, a aprovação da nova LDB seguiu os ditames neoliberais. De acordo com Pino (1998) a lei teria sido aprovada conforme os interesses do poder executivo o que abriria portas para profundas reformas na educação brasileira. A LDB é pensada nos modelos neoliberais e entram em conformidade com os projetos econômicos colocados para o Brasil neste período. Ainda, Saviani (2008) argumenta que a constituição federal sofreu “adequações” antes da aprovação da LDB através da ementa constitucional n. 14 de 1996, que modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 e dá nova redação ao artigo 60 do “Ato das Disposições constitucionais Transitórias”.⁷ Saviani (2008) analisa que as modificações no texto do documento centralizaram a atuação do MEC (Ministério da Educação) na “avaliação, implementação e controle”

⁷ Modificações realizadas na constituição para dar base legal às reformas educacionais realizadas a partir da década de 1990.

relacionadas a política educacional, o que entra em conflito com a constituição de 1988, que se caracteriza por ser descentralizadora.

Após a aprovação da LDB o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) é implantado em 1998. A sua construção vem regular os recursos financeiros para a educação explicitados na LDB (Saviani,2008). O controle dos recursos destinados à educação representará as tendências do Estado neoliberal para o controle dos gastos com as políticas sociais, que nesse caso é centralizado no MEC.

Neste segmento retirado do site do ministério público é colocado que o fundo veio para solucionar as desigualdades existentes na distribuição dos recursos destinados a educação no país neste período:

A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.(Ministério Público, <http://www.mprs.mp.br/infancia/pqn/id81.htm>, acessado dia 28.09.2013)

No entanto, de acordo com Saviani (2008), estas ações foram paliativas como discorre no trecho:

Numa apreciação sintética, de caráter, conclusivo cabe observar que, se estas medidas tinham o objetivo meritório de distribuir melhor os recursos tendo em vista o financiamento do ensino fundamental, elas se limitaram, no entanto, a regular a aplicação de recursos já vinculados, não prevendo novas fontes de recursos e além disso, reduzindo a participação financeira da União através da Emenda ao artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias.(p. 88-89)

O autor, no trecho, enfatiza a sua insatisfação quanto ao fundo, colocando que é reflexo da má vontade dos políticos. Mas, analisando de outra perspectiva, podemos verificar que esta “má vontade política” é devido a priorização de recursos às políticas econômicas em decorrência do projeto neoliberal, que falaremos mais a frente.

Em relação a nova LDB, ficou estabelecido um período para a aprovação do Plano de Educação Nacional - PNE, que seria de um ano. Mas, devido aos impasses entre técnicos, governo e sociedade civil, principalmente em relação ao financiamento da educação o PNE só entrou em vigência em 2001, no segundo mandato do governo FHC (Saviani,2008)

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela concretização efetiva das idéias neoliberais. A Reforma do Estado, feita pelo já extinto MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), e, liderada por Luís Carlos Bresser Pereira, foi a iniciação do projeto neoliberal no país. Através desta, ocorreram ações para a minimização do Estado e a transição da administração pública burocrática para a gerencial.

Para contextualizar o período de governo de Fernando Henrique Cardoso e as influências na educação é necessário conceituar e situar o neoliberalismo e seu discurso na história no contexto mundial, devido a sua grande influência na direção dada à política educacional no Brasil. Este é uma ideologia para política econômica desse governo, que tem como característica a diminuição do investimento do Estado na sociedade, com redução dos recursos destinados às políticas públicas e a valorização da economia.

A partir de 1945, com o final da segunda guerra mundial inicia-se uma crise capitalista, devido a superprodução industrial onde a sociedade não conseguia absorver a oferta, por isso, a característica principal da crise foi o excesso de produtos lançados no mercado. A medida econômica aplicada para a solução foi a construção do Estado de Bem Estar Social. Em países Europeus o sistema econômico foi implantado de forma mais plena. Fundamentado na ideologia Keynesiana-fordista, preconizava a estabilidade do trabalhador e um Estado altamente interventivo na economia e sociedade, através das altas taxas de impostos e a cobertura das políticas sociais. Couto (2010) traz que Keynes realizava a relação entre a “eficiência econômica, a “justiça social” e a “liberdade individual”, caracterizadas de bases “liberais-socialistas”. A idéia colocada é que o Estado deve interferir na sociedade e na economia. Na lógica de Keynes os trabalhadores com o aumento da capacidade financeira consomem mais produtos no mercado. Em meados de 1960 o capitalismo entrou novamente em uma crise financeira, e, neste momento a ideologia Neoliberal cresce sendo colocada como a única solução para o sistema se recuperar.

Algumas características do neoliberalismo são: a) o favorecimento do Estado mínimo, sem interferências estatais no livre mercado, como encurtamento das políticas sociais e as privatizações de setores públicos; b) valorização da flexibilização e desregulamentação do trabalho; c) a globalização.

De acordo com Montañó (1997) no neoliberalismo o Estado deve ser mínimo em sua atuação na economia que, sem as suas intervenções, o mercado seria livre para atuar. Como também, os gastos públicos para as políticas sociais deveria ser reduzido, para que fique “menos pesado e oneroso, gerador de déficit”. As ações para a diminuição do mesmo são voltadas aos cortes de recursos para as políticas sociais e as privatizações de setores públicos. Em relação ao mundo do trabalho o autor comenta que a reorganização implementada, tanto no papel do Estado, como da área privada vai provocar a perda de direitos socialmente já conquistados, e um retrocesso na legislação desfavorecendo a classe trabalhadora para beneficiar o capitalismo. Ainda a respeito da globalização analisa que a produção de mercadorias é dependente de uma rede, onde diversos países estão interligados e influenciam-se mutuamente em suas economias e na sociedade.

Abaixo, Gentili (1999) traz outra questão importante sobre a dinâmica do neoliberalismo:

(...) O Neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo o processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa, constituída por uma série e estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades: a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. (p. 10)

Como bem indica Gentili (1999), a ideologia neoliberal foi uma “necessária reforma” no sistema capitalista, aos olhos da elite capitalista, para mantê-la no poder. A idéia de que somente seria possível o sistema “viver” através desta reforma conservadora foi disseminada na sociedade através de veículos de comunicação, nas escolas e no trabalho. Por este motivo, acontece a construção de um consenso social a favor da solução neoliberal para resolver a crise do sistema. No entanto, o projeto neoliberal, retoma as bases conservadoras do sistema, aprofunda os problemas que lhe são inerentes, como a destruição ecológica e o cerceamento dos

direitos sociais. A classe trabalhadora é prejudicada através da alienação da sua própria situação, e por vezes acaba por ceder às ideias elitistas do neoliberalismo.

Segundo Bresser Pereira (1996) a crise do Estado está relacionada ao déficit do Estado. O déficit está vinculado ao endividamento Estatal por prover recursos financeiros às políticas sociais, o que concretiza a sua falta de governabilidade. E ainda, o mesmo comenta que a reforma do Estado não seria neoliberal e sim social democrática, pois não estariam retirando o Estado do controle da economia e sim o adaptando para que possa intervir sempre que o mercado não consiga realizar as suas funções. Esta adaptação viria através da “Reforma Gerencial”.⁸

Conforme Bagattolli (2009) na concretização da Reforma do Estado podemos observar a diminuição e retirada do Estado completamente de alguns setores como produção de energia, telefonia e petróleo que foram para o mercado através das privatizações, onde saiu da distribuição de serviços de setores importantes. Na prática, a anunciada “reforma social democrática” está também vinculada a conceitos neoliberais, como demonstra Bagattolli (2009), a Reforma do Estado teria o objetivo de reduzir o Estado. Dentro da lógica neoliberal “camuflada” de social democrata na atualidade, o mercado seria o único provedor dos bens e serviços, e a ação do Estado entraria na deficiência. Com este pensamento, as políticas públicas são reduzidas e seus serviços sucateados para que o mercado prevaleça. Assim, podemos inferir que é uma estratégia para justificar as privatizações e os incentivos fiscais a iniciativa privada, com isso o crescimento do mercado.

A “Reforma Gerencial”, colocada por Bresser Pereira seria a alteração conservadora na forma do Estado. A transformação seria feita a partir de um Estado “burocrático disfuncional” para o “gerencial e eficiente”. O “gerencialismo” se originou no sistema empresarial, na área administrativa e fundamentado no setor privado, nos preceitos do mercado e do projeto neoliberal. No entanto, nesta reforma, usa-se conceitos empresariais voltados para o mercado nas instituições públicas, para o aumento da produtividade, como a flexibilização, a eficácia e a eficiência.

As reformas educacionais deste período, devido a conjuntura da política neoliberal, são baseadas e direcionadas pela reforma conservadora do Estado. Conforme Bravo (2010), o governo que segue em 2003, de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) contrário a sua campanha política de eleição, tem características da

⁸ Reformas realizadas no Estado de acordo com a perspectiva de Bresser Pereira.

contrarreforma⁹, e esse período vai ser marcado pelo continuísmo em relação ao governo anterior.

Segundo Saviani (2008) a mudança mais importante na educação básica durante o mandato de Lula foi a substituição do FUNDEF¹⁰ pelo FUNDEB¹¹ em 2006. O autor referenciado coloca que o FUNDEB representa um importante avanço com a ampliação dos segmentos da política educacional básica que podem acessar o fundo, e um aumento significativo dos recursos que o constituem, com a maior participação da União, dos Estados, municípios e percentual da arrecadação dos impostos. Na ampliação da cobertura estão incluídos a Educação Infantil, representada pelas creches e pré-escolas; e o Ensino Médio que pode ser integrado com o Ensino Profissional para jovens e adultos, pelo programa EJA¹². A expansão se estende para o ensino no meio rural e nas comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. E ainda, Saviani (2008) comenta que as mudanças na questão do financiamento são consideráveis, mas mesmo assim não é o suficiente para modificar a situação da educação, o que ocorreu foi uma ampliação relativa de vagas em péssimas condições de trabalho para os professores e de permanência na escola para os estudantes.

Ainda, neste governo Lula realiza a expansão do nível educacional superior. Conforme Lima (2012) com a sua eleição a expansão das universidades refletem a contrarreforma do Estado no neoliberalismo, onde as instituições privadas tiveram o auxílio de subsídios governamentais para investimentos privados. Além do financiamento Estatal do ensino superior privado, incentivou-se a privatização das universidades públicas, através do oferecimento de cursos pagos, e venda de pesquisa e serviços para empresas privadas. E de acordo com Saviani (2008) Lula investiu na criação do SINAES¹³, do ENADE¹⁴, do CONAES¹⁵, e do ProUni¹⁶. Considerando que o ProUni é um incentivo fiscal do governo para as universidades

⁹ Ações realizadas que vão contra a proposta de Estado realizada através da constituição cidadã de 1988, que amplia os direitos sociais.

¹⁰ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

¹¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

¹² Educação de Jovens e Adultos.

¹³ Sistema Nacional de Avaliação dos Cursos de Nível Superior.

¹⁴ O instrumento utilizado pelo SINAES para a avaliação dos cursos superiores, no caso uma prova.

¹⁵ Comissões que coordenam e supervisionam o processo avaliativo.

¹⁶ Programa de bolsas que o governo concede aos estudantes, podem ser totais os parciais, de acordo com os critérios de renda do programa.

privadas através da concessão de bolsas para alunos que não conseguiram ter acesso ao ensino público.

Outra ação do governo de Lula foi a ampliação da educação básica com o Programa Mais Educação, pelo decreto número 7.083 de janeiro de 2010, que tem a finalidade da expansão do sistema educacional, principalmente na carga horária, para 7 horas diárias. A implantação do ensino integral se dá de forma progressiva, com a adição de conteúdos como esporte, artes, informática e outros. A ação se daria no aumento ao acesso à educação pública, onde as iniciativas realizadas pelo Estado se preocupam para que mais alunos possam "chegar até a escola". No entanto, a ampliação do acesso não foi acompanhada pela melhoria das condições de permanência na escola, essa foi caracterizada pela progressiva precarização do ensino, referente a falta de recursos materiais e humanos tanto para estudantes como aos professores. Como confirma Cabral (2013), a situação do ensino Integral nas escolas que aderiram o Programa Mais Educação é deficiente, pois faltam vagas para os alunos e professores capacitados. O programa utiliza trabalho voluntário e os locais para receber os alunos são inadequados, o que denuncia a falta de investimento público no projeto tornando inconsistente a sua concretização.

Em 2011, Dilma Rousseff assume a presidência, e seu governo se caracteriza como a continuidade dos projetos deixados pelo ex-presidente Lula. Na educação básica deu prioridade na expansão do sistema educacional no país, em particular, as creches (de zero a três anos) foi a sua prioridade. A argumentação utilizada para a ampliação do número de creches, com horário em tempo integral, se deve ao fato das mulheres poderem ingressar no mercado de trabalho e contribuir no aumento da renda familiar.

Recentemente (25 de junho de 2014), foi aprovado o Plano Nacional de Educação conforme a lei 13.005. O novo plano prioriza a melhora do sistema educacional nos próximos 10 anos, e suas diretrizes são a erradicação do analfabetismo; a "universalização do atendimento escolar"; a "superação das desigualdades educacionais"; "valorização dos profissionais da educação"; a formação para a cidadania e o trabalho; e gestão democrática do ensino público. (Brasil, lei 13.005 de 25 de junho de 2014).

O Plano Nacional da Educação em sua diretriz "formação para a cidadania e o trabalho" nos remete a uma reflexão a respeito da relação entre a educação, o trabalho e o projeto neoliberal. O trabalhador é uma mercadoria comprável no

capitalismo, na qual necessita ter algum valor. A educação, em tempos neoliberais, é reconhecida como agregadora de valores no trabalhador, pois a instrução é vista como desejável e necessária. Conforme Gentili (2005) a lógica do projeto neoliberal que relaciona o trabalho e a educação argumenta que quanto mais educação a sociedade obtiver, menores as taxas de desemprego. O Plano Nacional da Educação compactua com esta lógica e coloca a educação como a solução da “Questão Social”, atribuindo uma valorização da educação voltada para o trabalho, assunto que será abordado a seguir.

2.2. O papel atribuído à Educação Básica nesse momento contemporâneo

Sabemos que a política educacional brasileira tem problemas que são estruturais, vindos fatores políticos, econômicos e ideológicos que se “arrastam” através da história do nosso país. No entanto, a política neoliberal remete as deficiências a problemas gerenciais, e assim, tornar o sistema mais eficiente e produtivo resolveria as pendências. Portanto, com a implementação do projeto neoliberal no Brasil, o sistema educacional sofreu sucessivas reformas para a sua adaptação.

Sacristán (1999) reflete sobre os motivos das reformas realizadas na educação brasileira:

(...) fala-se de reformas quando se quer acomodar o ensino às demandas do mercado de trabalho, quando se efetua uma mudança de estrutura de níveis ou de ciclos com finalidade de tornar o sistema mais justo; fala-se de reformas ao descentralizar-se a administração do sistema, quando se incorporam conteúdos novos ou novas tecnologias,(...). (p. 51)

Os movimentos reformistas tem interesses em disputa, e, dentro destes existem divergências ideológicas que são favoráveis ou não às camadas sociais subalternas. As reformas geralmente não trazem transformações, e o que ocorre são alterações do que já existe. As alterações realizadas até então trouxeram avanços e retrocessos, estes últimos baseados no neoliberalismo. Conforme a reflexão de Sacristán (1999) existem motivos diversos para se realizar uma reforma educacional, que podem ser estruturais, políticos e ideológicos.

A educação na perspectiva da formação do ser humano de forma integral se perde nas reformas educacionais da atualidade, que colocam a educação para finalidades que servem aos interesses assistencialistas do Estado e mercadológicos do capital. Conforme Cabral (2013) o Estado brasileiro através das ideologias neoliberais utiliza da educação como medida assistencial, atribuindo a mesmo o papel de resolver questões que estão vinculadas à estrutura do sistema capitalista, tais como fome, desemprego, dentre outros. É atribuído à educação um papel assistencialista¹⁷ justificando-se pela lógica das reformas do Estado vinculadas ao “gerencialismo”¹⁸, onde é atribuído como causa da “Questão Social” a má gestão da sociedade pelo Estado. No entanto, Murillo (2007) reflete que o problema da pobreza é inerente ao sistema capitalista, e é fruto dos contraditórios interesses entre o capital e o trabalho.

Na priorização das políticas econômicas em relação às políticas sociais o Estado coloca a educação a serviço do capital com incentivos fiscais para instituições escolares privadas e direciona os currículos escolares para a formação do trabalhador. A formação educacional para o trabalho é de interesse da elite empresarial, pois desta forma obtém trabalhadores nos moldes exigidos pelos processos produtivos da atualidade. O trabalhador que está inserido nas relações capitalistas de produção e vivenciam situações como o desemprego, procura os modelos educacionais valorizados pelo mercado no setor privado, com a possibilidade de conseguir posteriormente um trabalho. Desta forma, a procura por educação qualificada para o mercado no setor privado se reflete como mercantilização do ensino.

A valorização pelo mercado capitalista de trabalhadores com acesso à educação é uma realidade concreta. A relação da educação com o trabalho é amplamente refletida no neoliberalismo. Gentili (2005) traz três idéias principais para pensar o tema neste contexto. A primeira é o conceito de “capital humano”, onde existe a perspectiva de que a educação voltada para o trabalho é geradora de valor, e importante para a competição no mercado capitalista. Possui o objetivo da conquista do pleno emprego e “eliminar” as expressões da “Questão Social” vinculados ao desemprego, como a pobreza. A segunda é a reflexão sobre a

¹⁷ A Educação utilizada pelo Estado para resolução de expressões da Questão Social, como o desemprego.

¹⁸ Sistema de administração pública brasileiro implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

“empregabilidade”, a ideia tem origem na década de 1990 com o objetivo de diminuir os riscos do desemprego. Parte do princípio que a educação tem função de integrar o indivíduo no mercado de trabalho, e atua a partir de três eixos: redução de encargos trabalhistas¹⁹, flexibilização das leis trabalhistas²⁰ e a formação continuada do trabalhador²¹. A Terceira é a ideia que existe a relação entre a economia e educação, e o investimento na educação traria retorno econômico para o país e melhores condições de competitividade. Gentilli (2005) afirma que a teoria do “capital humano” e o conceito de “empregabilidade” não se sustentam, pois o desemprego é um problema social que tem suas origens na estrutura do capitalismo. Ainda, coloca que a relação entre economia e educação não tem fundamento, pois a história do país mostra que o Brasil com sua economia desenvolvida, não investe na educação.

Podemos ver em alguns documentos oficiais indícios de que existe a valorização da educação para o trabalho como na Constituição Federal do Brasil no “art. 205 (...) preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (Brasil,1988). Nos documentos como o Plano nacional de Educação de 2014 e a LDB de 1996 também existe a tendência de colocar como um dos objetivos da educação a preparação para o trabalho.

A educação no contexto neoliberal, forma profissionais conforme as exigências do mercado de trabalho. A flexibilização e a polifuncionalidade são demandas do mercado de trabalho para os trabalhadores, exigindo cada vez mais conhecimento por parte dos indivíduos. A preocupação na educação formadora para o trabalho é o ensino ser diferenciado, pois é solicitado aos trabalhadores que saibam falar várias línguas, sejam “pró-ativas”, e tenham conhecimentos de informática.

Frigotto (1996) enfatiza a questão referente às particularidades da formação educacional voltada para o trabalho:

No campo da educação e formação, o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. No plano dos conteúdos, a educação geral, abstrata, vem demarcada pela exigência da *polivalência* ou de conhecimentos que permitam policognição. (p. 155)

¹⁹ Diminuição dos custos financeiros para empresários contratarem trabalhadores.

²⁰ A reestruturação produtiva implicou em desregulamentação no campo das leis trabalhistas.

²¹ Formação continuada significa o constante aperfeiçoamento da bagagem intelectual de um indivíduo.

Com isso, podemos ver as intenções educacionais voltadas aos interesses dos grandes empresários, que dizem que precisam de “pessoas qualificadas”. A tecnologia vem cada vez mais substituindo os postos de trabalho, mas o trabalho que ainda existe é altamente complexo. Em consequência disto é amplamente divulgado na mídia, nas escolas e dentro das famílias que a educação é a solução para o desemprego. É criada uma “falsa esperança” onde a educação se torna a prevenção do desemprego, o que não é verdadeiro, pois esta *questão social* perpassa o imediato. O desemprego é inerente ao sistema capitalista, e dar a educação esta responsabilidade é uma ilusão criada dentro pela ideologia neoliberal.

Podemos concluir que com a finalidade da educação ter relação com a conquista do trabalho e a prevenção do desemprego, existe uma crescente mercantilização do ensino dentro do setor privado. Desta forma a educação como direito, como consta na constituição, vem sendo diminuída, pois o ensino público é esquecido, e como consequência tem a qualidade e o acesso diminuídos. As reformas educacionais vem para a adaptação ao sistema produtivo, mas também causam precarizações e sucateamentos no ensino. As péssimas condições de trabalho que encontramos para os profissionais são evidências concretas que é necessário mais que uma simples reforma burocrática.

3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO - ENQUANTO CAMPO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Embora esse campo de intervenção possa parecer “novo” ou muitas vezes é indicado como sendo um “novo espaço de intervenção profissional” a historia registra exatamente o contrário. O campo educacional enquanto espaço de intervenção profissional coincide com a instalação do Serviço Social brasileiro, ou seja, na década de 1930, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. É importante registrar que ocorreu um período de “refluxo” ou saída de campo de atuação – principalmente nas décadas desenvolvimentistas e de ditadura militar, quando o profissional vai ser requisitado (pelas políticas públicas) para atuar massivamente nas áreas voltadas a maior ênfase ao “desenvolvimento social controlado”. E, somente a partir das décadas de 1970 e 1980, coincidindo com os movimentos de fortalecimento do projeto ético-político profissional, volta a tomar mais visibilidade no Brasil a inserção da categoria profissional na área da Educação. Nesse processo aqui pontuado, é importante registrar também que a partir do movimento realizado pela profissão, o mesmo está situado (nas últimas décadas) a partir das transformações societárias em curso em nível mundial causadas pelo capital, e que impõem processos de reforma neoliberal do Estado, recaindo necessariamente sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a Política de Educação como direito social.

Para melhor entender esse processo, há que se fazer algumas pontuações históricas, priorizando aqui os elementos de caracterização das finalidades da intervenção profissional em dois momentos históricos mais significativos, ou seja, sua origem e a na década de noventa, quando da retomada significativa da atuação no campo educacional.

3.1 – Elementos históricos de inserção do Assistente Social no campo educacional brasileiro

Lembrando que as primeiras inserções no Brasil do assistente social foram de caráter conservador e orientadas pela Igreja Católica, e portanto, a atuação deste na educação seguiu a linha de pensamento onde se procurava a correção de

“desajustados”, o “disciplinamento”, como também medidas higienistas. Conforme Silva T.T.F. (2012), já existia a percepção de que era necessária a ação do serviço social junto à equipe educacional, mas, voltada para aos “ajustes sociais”. O profissional neste contexto reproduzia as vontades da classe dominante, e, preconizava medidas de caráter conservador e de cunho assistencialista, na perspectiva do controle e da fiscalização da criança e do adolescente, como também das famílias, sendo estas pobres e criminalizadas. Assim, o interesse do controle às crianças pobres vinha da elite brasileira, e o serviço social compactuava com as suas idéias e as concretizava.

Na década de 1930, no início da origem da profissão no Brasil, o serviço social na educação estava vinculado ao controle do Estado e Igreja na sociedade. A visita domiciliar servia como um instrumento de trabalho para a moralização dos hábitos e da saúde na classe trabalhadora, através das “senhoras visitadoras”. A partir da década de 1940 o Estado solicita a atuação dos assistentes sociais na educação e é registrado um aumento da produção de conhecimento gerado na área pela profissão. Nesta década as expressões da “Questão Social” eram criminalizadas e o serviço social atuava na educação ainda com o objetivo moralizador, devido às influências da igreja, culpabilizando os indivíduos pela sua realidade. Com a constituição de 1946, o fornecimento da educação básica é obrigatoriedade do Estado e o assistente social é chamado no espaço escolar para resolver problemas individuais que prejudicassem o processo de ensino, nestes se incluem os “problemas sociais”. As ações profissionais neste momento voltavam-se para a adaptação do aluno a escola, para a “harmonia” da comunidade escolar (WITIUK, 2004).

Durante a década de 1950 existe a ampliação da ação do serviço social nas escolas, e a atuação era vinculada a teorias vindas dos Estados Unidos que compactuavam com o desenvolvimento econômico do país. A época ficou marcada pelo “Serviço Social Escolar”, originado no III Congresso Pan-Americano de Serviço Social em 1957, baseado no tecnicismo profissional trazido através do serviço social americano e a atuação no campo educacional voltada para a resolução de “desajustamentos” (WITIUK, 2004).

Com a entrada do desenvolvimentismo industrial e comercial existiu a expansão das políticas públicas em todos os setores, o que significou abertura de vários campos de trabalho para o assistente social, o que causa a migração dos

profissionais para outras áreas. O serviço social é chamado para atuar em grande quantidade em políticas públicas vinculadas ao projeto de intensificação do capitalismo no país, e para o controle social. O período de regime militar que seguiu na década de 1960 e 1970 foi o que houve maior perda da adesão na área educacional de atuação por parte dos profissionais. Neste contexto, o serviço social realiza o movimento em busca da cientificidade e deixa as bases religiosas, para dar respostas as demandas do Estado nas políticas sociais. Com o estímulo do desenvolvimento industrial no país, a atuação profissional é voltada para ideologias da classe burguesa emergente na procura por teorias conservadoras. Quadro que reflete as reformas conservadoras que ocorreram na categoria neste período.

Na década de 1980 o serviço social caminha para mudanças na profissão, se vincula às teorias marxistas depois de longos debates em torno de quais concepções e bases teóricas a categoria deveria aderir para romper com as vertentes conservadoras. Conforme Witiuk (2004) A aproximação com a teoria iniciou-se de forma “vulgar” com interpretações equivocadas da teoria social de Marx, e com a contribuição da produção de Yamamoto, que deu início ao processo do amadurecimento teórico do serviço social. A concretização da nova vertente profissional foi em 1986 com o novo código de ética, que acompanha os movimentos sociais a favor da democracia e dos direitos sociais. O código de ética do assistente social de 1986 se remete a uma visão crítica da sociedade e a sua vinculação com a classe trabalhadora.

Ainda na década de 1980, no contexto político brasileiro emergem movimentos sociais a favor da democracia, dos direitos sociais e eleições diretas para presidente da república, que tiveram condições concretas para transformar a oferta de serviços oferecidos pelo Estado em direitos sociais. Em 1988 a nova constituição federal, chamada de constituição “cidadã” é promulgada, e em seu texto traz os direitos sociais legitimados e reconhecidos pelo Estado.

O assistente social na década de 1990, após a constituição de 1988 volta a sua atuação para a garantia dos direitos sociais e entra em conformidade com os interesses da classe trabalhadora. No entanto, o fato da promulgação da constituição de 1988 coincidir com a entrada de influências neoliberais no país, trouxe dificuldades para a concretização do projeto ético-político profissional, que visa a expansão dos direitos através do acesso universal às políticas públicas. O

neoliberalismo coloca “obstáculos” para a consolidação dos direitos a medida que as políticas sociais não são prioridade nos governos que compactuam com a ideologia.

Com a ação profissional voltada para o campo da garantia de direitos, o profissional luta pelo acesso da sociedade às políticas públicas em tempos de capitalismo neoliberal. A educação como direito social é um área de inserção para o serviço social, e após constituição de 1988 a categoria retorna a atuar no campo educacional para garantir aos usuários o acesso e a permanência. Conforme o código de ética do serviço social:

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; .(CFESS, 2011)

Com o princípio referenciado existe o comprometimento do serviço social com a ampliação e garantia de direitos sociais, e a educação como direito social, é campo para a ação dos assistentes sociais.

No entanto, a reinserção do assistente social na política educacional ainda está em construção. De acordo com o documento do CFESS (2012) somente em 2000, no Trigésimo Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS a categoria fez indicativos no sentido da construção de diretrizes para atuação do serviço social na Educação. Logo após o evento foi formado um grupo de estudos na temática que sistematizou as contribuições apresentadas pelo conjunto e um documento denominado “Serviço Social na Educação” (CFESS, 2001), que foi o primeiro com as diretrizes da profissão no campo educacional e publicado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS ocorrido naquele ano. Para continuar a ação o conjunto CFESS-CRESS acompanhou as propostas de projeto de lei no país que vinculavam o serviço social na educação, a fim de verificar se estavam em conformidade com o projeto ético-político profissional.

Parte do motivo da reduzida atuação da profissão dentro da educação pública é devido a falta de leis que garantam a sua entrada. Devido a falta de regulamentação, existe a carência dos assistentes sociais na educação, e no campo de trabalho das escolas, interagindo diretamente com o aluno e suas famílias. Com isso, a PEC 13/2007 (Projeto de Lei), vem tramitando para alterar esta realidade. O projeto coloca legalmente o serviço social na área educacional, para atuar diretamente com as situações de violação de direitos sociais.

Art. 1º. Acrescente-se ao art. 208, da Constituição Federal, o seguinte inciso VIII:

"Art. 208
VIII - atendimento ao educando, nos ensinos fundamental e médio, por meio de equipe de avaliação formada por psicólogos e assistentes sociais, em parceria com os professores. (Brasil, PEC 13/2007)

Como pode se observar o projeto prevê assistentes sociais no ensino médio e fundamental para constituir a equipe multidisciplinar. A inserção tem como o objetivo agregar na educação através do profissional de serviço social a visão diferenciada, esta, orientada pelo projeto ético-político da profissão. Como também, no projeto consta que é uma parceria entre os dois campos sem a intenção de diminuir o educador, pois é ele quem dá legitimidade a área educacional.

O que temos atualmente são assistentes sociais nas secretarias municipais de educação, que oferecem consultoria às escolas, para os casos de alunos em situação de risco e vulnerabilidade social. É uma inserção profissional insuficiente em relação a demanda que existe nos municípios individualmente, e, que causa o excesso de trabalho. Conforme o autor abaixo:

Na educação pública, pode-se encontrar a inserção de assistentes sociais concursados e lotados nas Secretarias Municipais de Educação, os quais atuam com assessoria às escolas no atendimento a ações pontuais. Nesta, tem-se como objetivo o trabalho com os gestores escolares, em relação ao seu empoderamento, no que se refere ao uso dos equipamentos sociais disponíveis na localidade, ao atendimento das demandas sociais escolares. Em algumas situações, por meio de legislação municipal própria, e através também da realização de concurso público, o profissional de serviço social faz-se presente e atuante em unidades escolares (Santos A. M., p. 78, 2012).

Por fim, a inserção reduzida dos assistentes sociais na educação foi fruto de uma saída dos profissionais da área nas épocas de desenvolvimentismo do Brasil na ditadura militar e com isso a perda da sua legitimidade neste campo. A reinserção do serviço social na política educacional está sendo trabalhada através dos conselhos²² para que seja realizada conforme o projeto ético-político profissional, e com o cuidado para não resgatar velhas práticas profissionais conservadoras. Para uma ação profissional consciente, o profissional deve olhar a educação a partir de

²² Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social

concepções vinculadas para a garantia dos direitos sociais, como será abordado a seguir.

3.2. Educação enquanto direito social e a atuação do Assistente Social no campo educacional.

Para refletir a atuação do assistente social na garantia do acesso à educação como um direito, é necessário trazer aspectos gerais sobre o conceito de “direito social”. As informações históricas situarão a formação do direito social no Brasil, que foi diferenciada devido aos processos de colonização portuguesa e escravidão, a fim de contextualizar as ações do serviço social e suas diretrizes para a educação na atualidade.

Para termos na atualidade os direitos sociais a sociedade passou por processos para a sua construção, e inseridos na história dos direitos humanos, foram palco de disputas que se estenderam por vários séculos.

Couto (2010) aborda o conceito de direitos como fruto das contradições que existem entre o Estado e a sociedade, e coloca que a sua existência legal não garante que sejam concretizados:

(...) os direitos - seja na formulação legal, seja na sua materialidade - são essencialmente históricos e reveladores das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade(...). Os direitos, como “expressão de um patamar de sociabilidade”, estão situados em um campo essencialmente político, porque são resultantes do embate de interesse e ações dos sujeitos sociais. Envolvem lutas por espaços de poder e, como “estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais”, orjam-se em um campo essencialmente contraditório.(...). (p. 20)

A luta pelos direitos se inicia nos séculos XVII e XVIII, da qual a burguesia é protagonista, e visa a sua libertação do poder absolutista do rei na monarquia (Couto, 2010). A Revolução Francesa foi fruto deste movimento que a burguesia realizou em prol da liberdade, pautado no pensamento iluminista, devido a idealização tida por um governo liberal para a defesa dos direitos naturais do homem. A classe defendia a liberdade econômica e a “igualdade civil e fiscal”. O liberalismo, pautado no pensamento dos direitos naturais de vertente jusnaturalista²³

²³ De acordo com Bussinguer (1997) o jusnaturalismo é originário das obras de Hobbes, Locke, e Rousseau, e identificava na “natureza humana” os direitos do homem.

fundamentou a transição do feudalismo para o Estado Moderno, e com isso a separação dos poderes na luta contra o absolutismo (Bussinguer,1997).

Após a ascensão da burguesia e diminuição do poder da monarquia, são gradativamente construídos os direitos, que refletem determinados momentos históricos; como também, diferentes aspectos, ideologias e necessidades do ser humano; e conforme Bobbio, (2004):

(...) os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas(...)(p. 25)

Os direitos são ordenados de acordo com o momento histórico em cinco “dimensões”, segundo Wolkmer (2001) a substituição do termo técnico “gerações de direitos”, que é mais utilizada, por “dimensão de direitos”, é vantajoso pois engloba a visão integral dos direitos humanos, e não somente uma sucessão cronológica, como também mostra que eles não são substituídos uns pelos outros e sim são complementares.

De acordo com a classificação realizada por Wolkmer (2001), os direitos de “primeira dimensão” são os direitos civis e políticos datados do século XVIII e XIX. Tem como características serem individuais, inalienáveis e naturais. Por serem naturais estão estabelecidos contra o Estado, e por isso são classificados como negativos. Defendem a liberdade, propriedade, segurança, igualdade e a resistência às formas de opressão. Nos direitos de “segunda dimensão” estão incluídos os direitos culturais, sociais e econômicos, que são da metade do século XIX e século XX. São direitos positivos, e não agem contra o Estado. São ainda individuais e se remetem ao direito a saúde, habitação, trabalho e educação. Os direitos de “terceira dimensão” se remetem aos direitos coletivos e difusos, e não se encaixam mais na classificação dos direitos individuais. São eles: direito ambiental, direito do consumidor, direito da família, a qualidade de vida, e outros direitos. Os direitos de “quarta dimensão” são aqueles vinculados a “ biotecnologia, à bioética, a regulação da engenharia genética”. Ainda, possuem relação com as questões da vida do ser humano como o aborto, a eutanásia, a inseminação artificial, a clonagem de seres humanos, e outros. Por último, os de “quinta dimensão” estão relacionados a

tecnologia de informação, e o acesso a internet. E para complementar, as três últimas “dimensões de direitos” são do século XX.

Os parágrafos acima realizam uma pequena contextualização mundial do tema, e podemos observar que os direitos existentes na atualidade são classificados até a “quinta dimensão”, no entanto, os direitos sociais, que são de “segunda dimensão”, no século XXI deveriam estar concretizados de forma mais plena no Brasil. Essa constatação, é devido ao processo de construção histórica no país dos direitos, que foi diferente em relação aos países europeus, no tempo e a forma em que ocorreu.

Os primeiros passos para a construção dos direitos sociais no Brasil foram a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, caracterizado como populista.²⁴ Em decorrência do conflito que se desenvolve no país entre o capital e o trabalho, com a entrada do modo de produção capitalista, se torna importante a construção de um Estado social, na medida em que a disputa “prejudica” a industrialização e o seu plano “desenvolvimentista”. Devido ao conflito, concede serviços necessários para a classe trabalhadora que possuísse a carteira assinada. A forma utilizada para proporcionar acesso a serviços básicos causa uma estratificação social daqueles que trabalham informalmente e não possuem carteira assinada. Com isso se constata que não existia a universalização dos direitos sociais devido ao fato do acesso a carteira assinada ser restrito. Simões (2009) faz sua reflexão acerca da Constituição de 1934 para demonstrar a situação do direito social neste contexto histórico:

²⁴ O Brasil serviu de colônia para Europa desde seu descobrimento pelos Portugueses no ano de 1500, e durante o processo de colonização portuguesa foram utilizados para o trabalho nas lavouras os escravos. Após a independência do Brasil de Portugal em 1822, ainda existia a escravidão na sociedade Imperial, e a sua abolição somente ocorreu em 1888, pela Lei Áurea. Os segmentos sociais escravizados possuíam dificuldades em produzir as suas vidas sem os seus “senhores”, e no período de passagem do Império para a República (final de século XIX e início do século XX), a escravidão apesar de estar abolida ainda era praticada, onde se mantinham as relações de poder do coronel sobre o trabalhador. Por este motivo ocorre um atraso nas conquistas de direitos sociais básicos. Somado a isso, as relações dos trabalhadores com os coronéis eram de dependência, o que prejudicou a autonomia política dos trabalhadores neste período (Costa, 2010).

Portanto, neste período não existiam direitos sociais, pois a oligarquia detinha o poder político e dominava o trabalhador em uma relação escravista, situação que não abre espaço para lutas por condições melhores para se viver. Inclusive durante as eleições, a relação desigual entre os trabalhadores e os coronéis influenciava no resultado final das urnas eleitorais. Com isso, a classe de latifundiários produtores de café conseguia se manter no poder e defender os seus interesses. No início do século XX o cenário político se altera, e o poder dos coronéis diminui em virtude da burguesia que representa as indústrias, e este cenário abre espaço para os trabalhadores.

Os direitos sociais, portanto, não eram universais, porque condicionados à prévia inserção da força de trabalho na relação de emprego. Fora deste âmbito, as parcelas da população sem emprego, segundo os expressos termos dessa Carta (art. 138) foram remetidas à situação de indigência, medidas de amparo aos desassistidos, à maternidade e a infância, educação eugênica, socorro às famílias numerosas, proteção da juventude contra a exploração e o abandono, e luta contra os venenos sociais, sob os auspícios do assistencialismo criativo (p. 411)

Nas décadas seguintes através das constituições que vieram no decorrer da história se ampliou gradativamente os serviços básicos para a população, e a educação é incluída como um direito social. Apesar da expansão dos serviços oferecidos pelo Estado, a universalização do direito social vem somente com a constituição de 1988, considerada uma constituição cidadã e democrática. Mesmo com a construção da nova constituição, a sociedade brasileira ainda não consegue ter os seus direitos sociais garantidos de forma ampla, pois a universalização dos mesmos necessita passar do plano legal para o material. A inferência se deve pelo fato das decisões políticas realizadas estarem pautadas dentro do projeto neoliberal.

A concretização dos direitos sociais colocados na lei passam pela formulação das políticas sociais, e estão constantemente em construção no plano material. No processo, o conflito e a contradição estão presentes, onde os interesses capitalistas, que vão de encontro ao direito social, prevalecem no cenário político.

Neste contexto, a educação como uma necessidade para o processo da formação do ser humano na sociedade, está incluída no processo de construção histórica dos direitos sociais no Brasil, pois é uma das demandas apresentadas pela classe trabalhadora frente ao Estado. Após a promulgação da constituição de 1988 a Educação é um direito garantido na legislação brasileira:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil,1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um documento que protege o direito à educação na lei 8.069, 13 de julho de 1990:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...). (Lei 8.069, 1990)

Na LDB de 1996 consta em seu texto a concepção de educação relacionada ao dever do Estado no seu oferecimento:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996)

A educação que prioriza a formação integral do indivíduo para viver em sociedade pode fornecer subsídios para a consolidação de outros direitos, o que reflete na consolidação da cidadania e emancipação do ser humano. A concepção de cidadania abordada é referente ao seu conceito ampliado, diferente da perspectiva liberal, e conforme Andrade (2003) a cidadania perpassa o ato de votar, e é a participação efetiva na sociedade dos indivíduos, e ainda acompanha o movimento social no surgimento de novos direitos sociais.

Devido à constatação pela profissão de que a educação é um campo de trabalho rico a ser explorado no campo da garantia de direitos, como o reconhecimento pelos educadores da falta de capacitação profissional para lidar com as “Questão Social” emergentes no ambiente educacional, existe um consenso no campo educacional sobre as necessidades do trabalho através equipes interdisciplinares, onde o serviço social realizaria ações dentro das suas competências e atribuições profissionais.

A pouca atuação no sistema educacional público brasileiro do profissional de serviço social abre amplas discussões junto a educadores, como também dentro da profissão. Os debates colocam como o assistente social poderia agregar para a melhoria do atendimento ao aluno e sua família, visto que este tem direito de estudar e traz dificuldades sociais que prejudicam o processo de permanência e aprendizagem.

(...) Vivencia-se nas escolas e nas comunidades ao redor destas um conjunto de fatos que ampliam a influência da questão social nos processos de ensino-aprendizagem, fazendo com que não apenas a formação do professor e o interesse do aluno sejam considerados essenciais a uma boa formação. Ampla evasão e repetência, problemas de aprendizagem relacionados à saúde do educando, questões associadas a violência doméstica, violação dos direitos da criança e do adolescente, dentre outros fatores, passaram a se fazer presentes na escola, apontando para duas conclusões iniciais: a falta de preparo dos professores para lidar com tais situações; e a necessidade da inserção de um outro profissional na escola, o qual fosse capaz e estivesse devidamente preparado para, ao lidar com

tais aspectos, garantir tanto o acesso à educação, quanto a outros direitos básicos dos alunos e da comunidade escolar. (Silva T.T.F, p.65, 2012)

O autor acima enfatiza as inúmeras determinações sociais da qual o aluno está exposto que prejudicam o processo educacional. O assistente social é capacitado para lidar com as expressões da “Questão Social” emergentes, em que o estudante esta inserido. Devido ao contexto social no qual o aluno participa o serviço social vem contribuir com a sua permanência na escola, pois se torna necessária uma ação qualificada, que contribuam nas alterações da sua realidade social.

Os princípios do projeto ético-político do serviço social²⁵ formam a base para uma visão diferenciada na profissão que vai contra as ideias hegemônicas que desvaloriza, explora o ser humano e o aprisiona através da alienação no capitalismo. Como também, reflete sobre os preconceitos enraizados na sociedade, como o racismo. Diz a autora:

O racismo, para além de suas ideologias e retóricas, faz parte do cotidiano do brasileiro e das instituições. É chegada a hora, portanto, de trazê-lo a luz, para desvendá-lo em suas consequências e perversidades e abatê-lo com um golpe de dignidade, de justiça social reparadora, de cobertura de direitos sociais, enfim, de um efetivo empenho em prol da efetiva cidadania. E a escola é o lugar que possibilita essa revolução. (Amaro, 2011, p.90)

Através de um olhar crítico da realidade social no serviço social são constituídas ações para a ampliação da cidadania, a defesa da democracia, da equidade e da justiça, e, as lutas contra todas as formas de discriminação. Estas ações vão contribuir positivamente para o espaço educacional. Portanto, o profissional de serviço social tem bases para desenvolver programas e projetos vinculados com ideias humanistas, emancipatórias, e para ampliação de direitos sociais.

A concepção de educação abordada no serviço social direciona a atuação do profissional no campo, e é pensada como uma “dimensão da vida social”. O assistente social deve ver a realidade da educação em sua totalidade, como no documento CFESS, (2013):

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução

²⁵ Constado no Código de ética do Serviço social de 1993.

do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam a sua produção. (...) Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação(p. 16)

As ações do assistente social na educação são norteadas através das legislações que as regulamentam:

As atribuições ou competências dos(as) assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662\ 1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser respeitados tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.(CFESS,2013, p. 25)

A inserção do profissional deve ser baseada no projeto ético-político do serviço social, que é guiada pela perspectiva crítica dialética Marxista, através dos princípios do código de ética, com a vinculação política voltada para as classes sociais subalternas.

No entanto, quando é refletida a inserção do assistente social na educação, é importante a percepção da existência da comunidade escolar da qual participam professores, alunos, familiares, outros trabalhadores da educação, movimentos sociais, conselhos de direito e a população que moram perto da escola.

Conforme Amaro (2001):

Sabe-se que a escola que dialoga com sua comunidade amplia seus horizontes e se fortalece. Neste sentido processos denominados de integração entre a comunidade e a escola têm sido estimulados e favorecidos. Mas, igualmente, como no caso do termo comunidade, a expressão integração guarda significados bastante diversos e, não raro, divergentes.(p. 45)

A autora coloca que a integração da escola com a comunidade é importante, e o termo “integração” é bem utilizado no sentido da articulação para a transformação social. Reforça que o conceito pode ser pensado em outra perspectiva, para a “adequação de normas”.

Ainda de acordo com o autor:

Entendendo a ESCOLA como um dos espaços de atuação do profissional, não podemos cair na armadilha que o trabalho do assistente social deve se reduzir a fenômenos que recaem sobre os discentes, os estudantes das escolas. O trabalho do assistente social deve contemplar a COMUNIDADE ESCOLAR, compreendida como esse mar cheio de vidas: professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade em torno da escola. (Silva M.M.J p.16, 2012)

Conforme Silva M.M.J. (2012), é reduzir a atuação profissional pensar a educação somente como o espaço da escola, pois pertence a uma comunidade que deve ser trabalhada em conjunto e articulada a instituição.

O trabalho do assistente social na educação implica em algumas ações realizadas pelos profissionais. Conforme Santos (2012), um dos campos de importância seria o trabalho com as famílias. Integrar o aluno no ambiente escolar traz para a luz as problemáticas sociais vividas pelas famílias dentro do contexto histórico atual. Na intervenção profissional são realizadas ações voltadas para o fortalecimento social, como a inserção das famílias nas políticas públicas que constituem a rede; e atividades socioeducativas, como os debates sobre os direitos sociais. O assistente social deve interpretar o aluno através da perspectiva ampliada, que prioriza o olhar para além da escola, e incluir na ação profissional a comunidade e as famílias. O trabalho realizado deve sempre estar vinculado a promoção da cidadania e ampliação do acesso aos direitos sociais, do contrário, as ações profissionais terão características seletivas e se desvincularão dos princípios do projeto ético-político do serviço social.

Com a perda da capacidade das famílias de protegerem as crianças e os adolescentes, estas vivem em situações precárias permanentemente, pela falta de acesso às políticas públicas. A falta de condições materiais pode ser um fator estressante na vida das famílias o que pode ocasionar um enfraquecimento dos laços familiares. Como diz a autora abaixo:

(...) a exposição compulsória a condições de vida estressantes (discussões familiares, redução de horas de sono, dupla jornada de escola\trabalho), insalubres (consumo de drogas psicoativas, falta de alimentação adequada, condições sanitárias precárias e ambiente familiar nocivo) ou violentas (violência doméstica, maus tratos, abusos e\ou exploração sexual), tem levado crianças e adolescentes à fuga de casa, ao envolvimento com atos infracionais, ao desenvolvimento de doenças psicossomáticas e à depressão. (Amaro, p.42,2011).

Com isso, sabemos que situações de pobreza e miséria afetam diretamente a educação dos alunos. A dificuldade de “ir para a escola” está vinculada às limitações para a permanência do aluno. Por um lado faltam vagas no sistema público educacional, e em contradição, quando a vaga existe os alunos não terminam a escola por falta de condições materiais. Segundo estatísticas, cerca de 50% (cinquenta por cento) dos estudantes que iniciam o ciclo básico não chegam a concluir a oitava série do primeiro grau (CFESS, 2001). Por isso, ações voltadas para a permanência geralmente são mais emergenciais e priorizadas, pois envolvem situações onde o aluno além de estar em vulnerabilidade social, não consegue se manter na escola. Para frequentar o espaço educacional é necessário um investimento financeiro que algumas famílias não possuem condições de realizar.

Outro ponto importante é a questão do trabalho infantil, onde a pouca renda de muitas famílias tem como consequência a responsabilização de crianças e adolescentes na contribuição financeira no lar. O trabalho infantil é uma determinação social complexa, que deve ser levada em consideração para se pensar o aluno para além da sala de aula.

No entanto, as ações do profissional não podem ser somente voltadas para a família, sob o risco de focar as atividades somente em uma única direção. Mesmo sendo importante este trabalho, outras ações também são importantes. Como diz no paragrafo abaixo:

(...) As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho do profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.(CFESS, 2013, pg 51)

A articulação dos movimentos sociais da educação, que compactuam com o projeto ético-político profissional, com a comunidade escolar são também ações do assistente social. A política educacional pública teve a sua trajetória de conquistas inserida nos momentos políticos históricos no país, realizada pelos movimentos que defendiam uma educação pública, com qualidade e universal. A universalização da educação é uma luta presente na atualidade devido ao fato que existe a diferença entre o que se idealizou para a política educacional e o que é observado no plano

real. O profissional de serviço social vem realizar o encontro dos movimentos sociais que defendem a educação pública com os alunos, comunidade e família; para ao fortalecimento do movimento social.

Ainda, o engajamento político e a militância fazem parte do arsenal de estratégias para a materialização e ampliação dos direitos sociais. A realização de ações socioeducativas vinculadas a militância realizadas pelos assistentes sociais é interessante, e a importância do envolvimento político deve ser esclarecida e estimulada, para que os usuários da política educacional possam pensar na força política como uma forma para atingir a transformação social. O conceito de política utilizado é vinculado ao sentido de pensar criticamente a sociedade, e não tem relação com a política partidária.

Outro ponto, são as ações de investigação social, muitas vezes realizadas através do controverso cadastro socioeconômico, que faz parte do cotidiano de trabalho de vários assistentes sociais. A investigação social possui finalidades contraditórias, e pode ser utilizada para pesquisa e ampliação dos direitos sociais, mas também para ações de caráter celetistas e de controle. As ações do profissional na investigação social devem estar vinculadas para a garantia dos direitos sociais e na promoção da cidadania. O objetivo da investigação, reforçaremos aqui, seria para o benefício da sociedade na melhoria do acesso aos serviços. Do contrário, a ação baseada no “disciplinamento” não promoverá autonomia e emancipação de indivíduos.

Mais uma ação para o assistente social na educação seria a sua atuação e participação em instâncias de controle social como os conselhos de direito da política educacional, e outros. Os conselhos de direito tem por finalidade a realização do controle social, sendo importante para a fiscalização dos recursos que são destinados à educação. É papel do assistente social estimular a participação dos alunos, familiares, professores e comunidade escolar nestes espaços. Conforme Back (2010) a participação é um processo de colocação dos indivíduos na sociedade para a consolidação da cidadania e democracia, e ainda, a “participação cidadã” se dá através do fortalecimento da sociedade civil, que pode ser atuante em instâncias de controle democrático.

A partir desta reflexão podemos ver que a entrada do profissional de serviço social dentro dos espaços de controle social da política educacional são ações que buscam a participação para a defesa de interesses por uma educação pública e

universal, e a construção de processos educativos nos conselhos de educação como: a conscientização dos direitos e deveres sociais; a organização da sociedade civil atuante; e promoção e fortalecimento da cidadania.

Além disso, o assistente social pode contribuir diretamente para a organização de uma política educacional democrática. A gestão do espaço escolar de forma democrática vem sendo amplamente discutida. Nos processos democráticos de gestão da educação as comunidades participam ativamente dos processos decisórios nas escolas através dos “Conselhos Escolares ou Conselhos Deliberativos Escolares, associação de Pais e Professores (APP), Grêmios Escolares, dentre outras.” (CFESS, 2001)

Assim, a contribuição do assistente social está relacionada a reconhecer os determinantes culturais, sociais e econômicos que influenciam nas dificuldades materiais demandadas pelos usuários das políticas de educação (CFESS, 2001). O serviço social traz para a equipe interdisciplinar escolar o olhar diferenciado da realidade social do aluno, na perspectiva da garantia de direitos, através dos princípios profissionais que direcionam a ação para a ampliação da política educacional em tempos de capitalismo neoliberal. A educação como um direito social deve ser acessível a todos que a solicitam, e o serviço social trabalha as suas ações para a garantia da inclusão dos usuários na política educacional.

4. SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: ANÁLISE DOS CONCEITOS NORTEADORES DA AÇÃO PROFISSIONAL INFORMADOS NAS DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

4.1. Metodologia:

A pesquisa aqui realizada é parte do projeto de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina do Serviço Social com o título “Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação”, coordenado pela professora Carla Rosane Bressan (anexo 01). O objetivo do trabalho aqui posto é realizar uma análise de quais os conceitos que referenciam a atuação do serviço social na política educacional e em especial na educação básica.

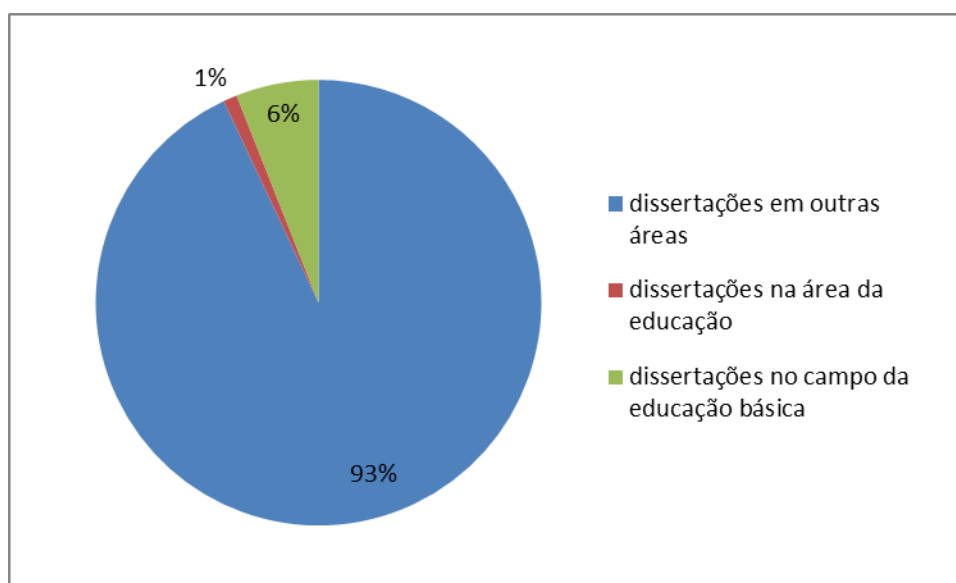
O trabalho realizado é em decorrência da afinidade da autora com a temática na área educacional, como também devido à experiências como a bolsa Permanência na creche Flor do Campos na UFSC, que possibilitou o contato direto com o campo educacional durante um ano. A partir deste momento cresceu o interesse para o aprofundamento do conhecimento nesta área, considerando que não temos na graduação aproximação com o assunto pela grade curricular, ocorreu então a aproximação ao referido projeto de pesquisa.

Para a análise foi utilizado a produção teórico – científica do programa de pós-graduação do Serviço Social da UFSC. Teve-se como foco a produção na área da educação realizada no período de 2004 a 2013. As dissertações foram localizadas no site do programa de pós-graduação do Serviço Social da UFSC, no site da Biblioteca Universitária ou ainda na própria secretaria do programa. Em seguida o material coletado foi catalogado e registrado em banco de dados do projeto de pesquisa. Durante esse procedimento já foi possível observar que vai compor o universo de análise apenas dissertações (em nível de mestrado) uma vez que o doutorado ainda não conta com produções nessa área.

A seleção das dissertações passou por dois momentos distintos. No primeiro, foram selecionadas todas as dissertações da área da educação básica. Essas serão as referencias iniciais para a coleta das palavras chave utilizadas como referenciadoras da reflexão contida no texto. Nesse momento já foi possível identificar que consta do banco de dados do site oficial da Universidade Federal de

Santa Catarina um total de 130 produções vinculadas ao programa de pós-graduação em Serviço Social. Dentre essas, 9 trabalhos são na área da educação e 8 são da educação básica. Indicativo que já servem para demonstrar o quando o campo da educação atualmente se constitui em espaço de intervenção profissional. Portanto, do total de obras realizadas 7% são na área da educação e 6% são referentes a educação básica, como mostra o gráfico abaixo:

Grafico1: Dissertações de Mestrado do curso de Serviço Social, publicados no site oficial da Universidade Federal de Santa Catarina.



Fonte: Dados Sistematizados pelo autor utilizado como base o projeto de pesquisa de (Bressan, 2012).

Podemos observar que apesar de ser uma área que é pouco discutida no serviço social e com poucos materiais teóricos como referência de atuação, a sua produção acadêmica vem aumentando. É importante este movimento profissional a fim de abrir novos campos de atuação para o serviço social. Em relação a inserção do assistente social na educação pública, reforçando que as lutas por este espaço devem vir acompanhadas pela produção de conhecimentos sobre os mesmos para se ter bases para a atuação neste campo de trabalho.

No segundo momento, (considerado então apenas aquelas da educação básica), foi realizado um novo recorte de critérios, buscando selecionar aquelas que efetivamente respondessem ao campo de análise do projeto de pesquisa, ou seja,

no campo da *educação básica pública* e que referencie a *atuação especificamente do Assistente Social*.

Assim o processo de análise aqui desenvolvido, que está inserido em um projeto de pesquisa de cunho exploratório com dimensões quanti-qualitativas, pode ser classificado como uma análise bibliográfica – documental. As análises recaem preferencialmente nas dissertações de mestrado realizadas no departamento de serviço social da UFSC na área da educação pública básica. Nunca é demais registrar que as análises aqui registradas se fundamentam na perspectiva histórico-crítica, onde se apreende a realidade de forma dialética, e como ela se apresenta em um contexto histórico, político e social. Uma vez que em cada momento histórico alcançado pelo homem, existe um modo de produção social e um sistema econômico que influencia nas relações sociais. No caso do modo de produção capitalista, existe a separação da sociedade em classes, e, na classe subalterna existe a desigualdade no acesso a bens materiais e serviços necessários para a subsistência.

A dialética mostra a contradição que existe nestas relações humanas de uma forma crítica e o potencial da transformação social. A produção de análises, neste método, faz com que os fundamentos históricos tenham a finalidade de contextualizar a construção da educação brasileira e as suas influências políticas, econômicas, e sociais; como também apreende a realidade da política educacional de forma crítica na atualidade.

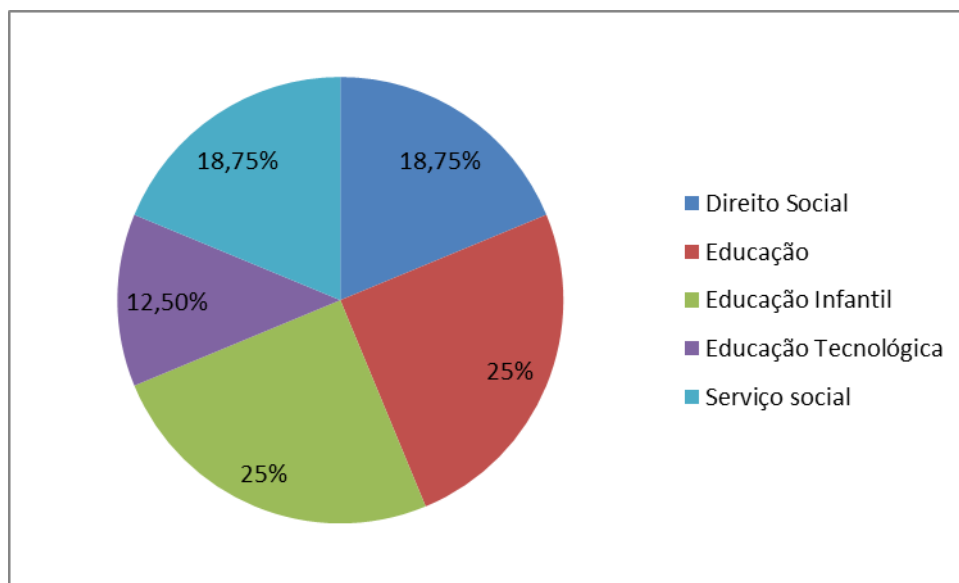
4.2. Primeira aproximação às dissertações do campo da educação básica: o que as palavras chave revelam

Conforme indicado anteriormente, o ponto de partida das análises recaíram inicialmente sobre as 8 dissertações (apêndice 01) localizadas no campo da educação básica, considerando as dissertações escritas dentro do período de 2004 à 2013.

As palavras-chave vão ser utilizadas como ponto de partida para a análise afim de demarcar “campo” ou “o entorno” de que ideias os profissionais vincularam a sua produção. Nesse sentido foi realizado a contagem das palavras-chave informadas, e palavras-chave que mais se repetiam.

Em relação as palavras-chave foram identificadas no total 21 palavras diferentes (apêndice 02) , porém as que obtiveram maior incidência foram: Serviço social, Educação tecnológica, Educação infantil, Direito social e Educação, conforme representado no gráfico que segue, com a sua incidência. Assim temos:

Gráfico 2: Incidência das palavras-chave das dissertações de mestrado no campo educacional público de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.



Fonte: Dados Sistematizados pelo autor utilizado como base o projeto de pesquisa de (Bressan, 2012).

As palavras-chave, representam a primeira delimitação do campo onde o profissional entende que está localizada a sua intervenção e suas reflexões. Como podemos observar no gráfico as palavras *Educação e Educação Infantil* tem a maior incidência, e, este resultado é compreensível devido ao fato da temática escolhida ser a área educacional. Seguido pelas palavras *Direito Social e Serviço Social*, e, por último *Educação Tecnológica*.

As palavras *Educação Tecnológica e Educação Infantil* – primeiramente delimitam a instância da educação básica, e se justificam pois são campos de ação do assistente social. A educação Tecnológica nas dissertações estudadas fazem parte do ensino médio, que é representado por adolescentes e adultos. Correspondendo assim a divisão referenciada pela LDB, que de acordo com o artigo Art. 21 estabelece que:” A educação escolar compõe-se de: I - educação básica,

formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior” (LDB, 1996).

O conceito *Direito Social* vai aparecer com uma incidência considerável, o que significa que a atuação do assistente social no campo educacional toma como referência o pressuposto de que a educação consiste em um direito social e como tal concentra significativa produção teórica (seja do próprio Serviço Social) seja de outras áreas, conforme já abordado anteriormente. Essa primeira síntese realizada já oferece os primeiros contornos do atual campo de intervenção do assistente social na política educacional, bem como voltado a que princípio fundamental.

4.3 Dissertações do campo da educação básica: conceitos que delinham a ação profissional

Pensar a atuação do serviço social nos remete a analisar quais referenciais estão sendo utilizados para a sua intervenção. Estes representam a forma que vai se configurar a sua atuação dentro dos campos, e neste caso a educação. Existe a preocupação da investigação dos conceitos utilizados pelos motivos anteriormente indicado, onde a teoria produzida na categoria profissional nesta área esta ainda em expansão.

Conforme indicado anteriormente, nesse segundo momento, (considerando as 8 dissertações da área da educação básica), foi realizado um novo recorte de critérios. Nesse momento buscou-se selecionar aquelas que efetivamente respondessem ao campo de análise do projeto de pesquisa, ou seja, no campo da *educação básica pública* e que referencie a *atuação especificamente do Assistente Social*, dessa forma, essa segunda instância de análise recairá sobre 4 dissertações que correspondem aos referidos critérios, conforme quadro que segue:

número	Dissertação	ano
1	O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul: uma análise a partir dos planos educacionais.	2008
2	A política de inclusão no Instituto Federal de	2010

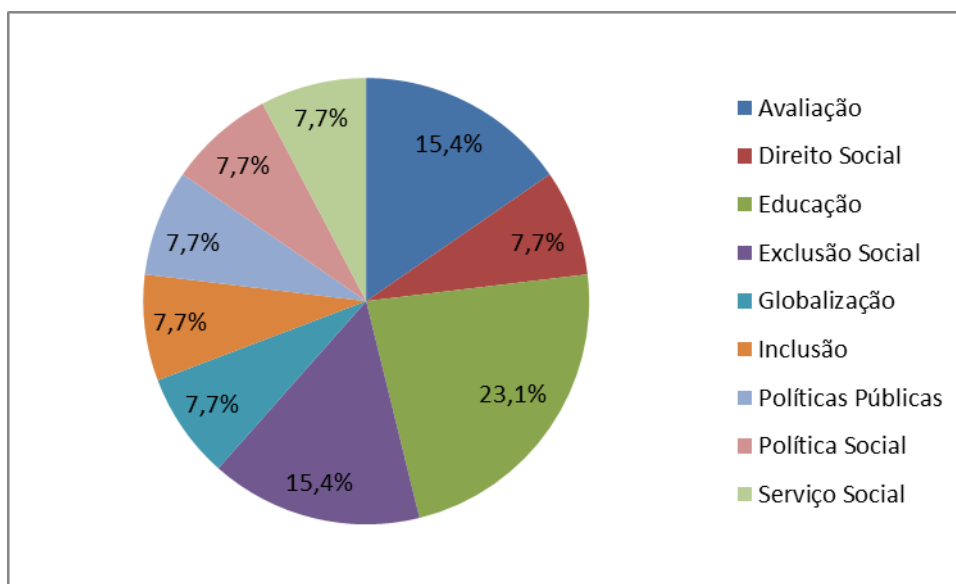
	Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: uma proposta de avaliação.	
3	Programa de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social: aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão.	2012
4	A ambiguidade no reconhecimento do direito a educação infantil: o acesso universal em debate.	2012

Quadro 3: Dissertações de mestrado do Serviço Social da UFSC selecionadas de acordo com os critérios metodológicos da pesquisa.

A partir desse momento a análise busca evidenciar então os conceitos subsidiadores do exercício profissional. Para tanto foi realizado a leitura dos resumos e Introduções das respectivas dissertações, e quando necessário aquelas passagens em que o autor afirmasse explicitamente os conceitos referenciais e/ou principais autores utilizados.

Temos então a partir desse momento a possibilidade de – considerando o campo anteriormente delimitado pelas palavras chave, apresentar sistematizar aqui de forma articulada os conceitos que mais se evidenciaram na análise das referidas dissertações. De uma forma geral, através deste estudo será possível observar os autores mais utilizados para a atuação do serviço social na educação e seus referenciais teóricos. As dissertações serão analisadas em conjunto dentro de cada conceito, que foram selecionados de acordo com critérios como a relevância para os trabalhos e a vinculação com os fundamentos teórico- metodológico hegemônico no Serviço Social. A relevância do conceito se refere ao seu peso para o desenvolvimento da dissertação. Após a identificação dos conceitos, foram separados novamente os que possuíam características generalistas, classificados em conceitos gerais explicitados a indicação de: Educação, Serviço Social, Política Pública, Políticas Sociais, Inclusão, Exclusão Social, Globalização, Avaliação, Direito Social. As incidências dos conceitos gerais são respectivamente: 3; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 2; e 1; e podemos observa-las a partir do gráfico:

Gráfico 3: Incidência de Conceitos Gerais Retirados das dissertações de Mestrado do Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.



Fonte: Dados sistematizados pela autora

Há que sinalizar, que muitas vezes os conceitos referenciados estão relacionados ao campo anteriormente citado, assim, serão também abordados.

Tomamos então como ponto de partida o conceito da área da qual representa o trabalho proposto, a Educação e a Educação infantil como conceito relacionado. Conforme alguns autores retirados das dissertações a Educação consiste em:

Educação: Não se restringe apenas à preparação para o domínio dos conhecimentos requeridos pelas novas tecnologias, mas também deve proporcionar uma compreensão crítica da sociedade. (Goin, 2008, p. 112)

Educação: (...) “fruto de um processo histórico, configura-se no bojo das relações sociais de produção” (Guzzo & Euzebios Filho apud Goin, 2008, p. 52)

Educação: A educação, sob o viés neoliberal, passa a ser requisitada como um dos instrumentos de dominação e reprodução das relações de produção capitalistas, bem como a da estrutura de classes. (Martendal, 2012, p. 35)

Educação Infantil: A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, portanto traz consigo a necessidade do aspecto educativo para além da assistência, acomodada a condição de cuidado,

nem sempre desvinculada de uma problemática na ótica higienista.
(Vicente, 2012, p. 26)

As dissertações colocam o conceito de educação como um direito social e parte da cidadania. A visão de educação como direito é importante para ação do serviço social na educação a medida que entra em conformidade com o projeto ético-político da profissão, devido ao fato de que esta atua na garantia de direitos sociais. Ao observar as dissertações pode-se verificar que de forma geral todas trazem algum aspecto histórico da educação ou educação infantil no Brasil, para realizar a contextualização.

Ainda, Goin (2012) e Martendal (2008) trazem no conceito de educação, esta como sendo construída e configurada de acordo com o momento histórico. Influenciada pelo modelo de produção capitalista, e, é utilizada na “dominação e reprodução” do sistema e das classes sociais. A perspectiva trazida para esta discussão está pautada na teoria Marxista, onde existe a valorização dos aspectos históricos para a melhor compreensão do processo de construção da política educacional. Portanto, o contexto histórico é importante a medida que é contado pela vertente materialista, onde os modos de produção interferem nas relações sociais e na construção do mesmo. Isso possibilita a apreensão dos elementos constitutivos das expressões da “Questão Social” que configuram a realidade na atualidade. Com isso, compreender como o sistema capitalista interage com a sociedade, faz parte da atuação do assistente social.

Ao observar as dissertações pode verificar que de forma geral todas trazem algum aspecto histórico da educação no Brasil, para realizar a contextualização necessária para a compreensão da dinâmica da educação brasileira. Em relação a educação infantil, que faz parte do sistema educacional brasileiro, Vicente (2012) traz no conceito os aspectos que a caracterizam muitas vezes como assistencialista e higienista, e a participação do assistente social neste segmento da política educacional vem a contribuir para a conquista deste espaço como um direito para as crianças.

Os autores usados para a construção dos conceito educação e educação infantil nas dissertações são: Nelson Piletti; Walter Praxedes; Thalita G. Bull; Josimeri O. de Araújo; Karl Marx; Antônio Gramsci; Gaudêncio Frigotto; Mariano Fernández Enguita; Ranilce M. G. Iosif; István Mészáros; Paulo Freire; Maria Beatriz Herkenhoff; Moysés Kuhlmann Jr.; Raquel Souza Lobo; Antônio Euzebios Filho;

Jolinda de Moraes Alves; Dermeval Saviani; Moacir Gadotti; José Joaquim Bruner; Martin Carnoy; Ivo Tonet e Paolo Nosella. Cada dissertação teve diferentes referenciais teóricos para conceituar a educação e educação infantil, sendo que algumas utilizaram mais de um autor, o que demonstra a ampla reflexão acerca desse conceito.

Das dissertações analisadas, Vicente (2012) faz referência ao conceito de “serviço social” e “inserção do serviço social na educação”, como consta abaixo:

Serviço Social: O serviço social é uma profissão que atua no campo das políticas sociais através de uma prática que visa a garantia e expansão dos direitos sociais, na perspectiva de sua universalização, condizente com um projeto democrático radical de sociedade. A vinculação do Serviço Social ao campo dos direitos se dá especialmente no âmbito dos processos de formulação, gestão, execução e avaliação das políticas sociais, tendo em vista a garantia do direito social (p. 23)

Inserção do serviço social na educação: A educação no decorrer da nossa história passou a ser reconhecida como indispensável, apesar de em cada época predominar diferentes formas de se pensar na educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e está associada à consolidação da cidadania, portanto, a educação é uma política social e como tal é uma das possibilidades de inserção profissional do Assistente Social, embora esta inserção seja imprescindível, ainda não esta corretamente viabilizada nos modelos educacionais das escolas e outras estruturas educacionais. (p. 23)

A autora afirma o papel do assistente social e expressa as suas atribuições e competências legais, como também os princípios norteadores da profissão que estão no código de ética da profissão. O trabalho com políticas públicas esta relacionado com a garantia de direitos, que faz parte das intervenções realizadas pelo serviço social. Por esse motivo, a educação abre um campo rico de trabalho para o profissional.

Para a fundamentação do conceito de “inserção do serviço social na educação” Vicente (2012), utiliza autores como Ney Luís Teixeira Almeida, que compactua com a perspectiva de que a inserção inicial do serviço social na educação foi para o controle do Estado sobre a classe trabalhadora. Assunto que será avaliado na pesquisa, através das dissertações, na identificação do “controle” na atuação do serviço social, que se remete a bases teóricas que já não são mais hegemônicas para a prática profissional.

Com exceção da dissertação de, Vicente (2012), que trouxe a discussão do serviço social e sua inserção na educação em seu texto de forma direta, os demais não fizeram reflexões sobre a relação dos conceitos educação e serviço social. No entanto, ficou compreendido que o objetivo das mesmas não incluía discorrer a inserção do serviço social na educação, e sim falar de processos de trabalho e discussões atuais que o profissional realiza no espaço educacional.

Como vinculação ao conceito anterior, as “políticas públicas” são um espaço para a atuação do assistente social, o conceito, conforme a dissertação de Bonassa (2010):

Políticas públicas: (...) as políticas públicas estão na centralidade do apaziguamento das tensões num contexto de governança capitalista, podendo servir mais ao desenvolvimento estritamente econômico ou mais ao desenvolvimento social e coletivo. (Bonassa, 2010, p. 22)

Ainda, o autor DI GIOVANI formula o pensamento em sua dissertação:

Políticas Públicas: Forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que incluem as relações travadas também no campo da economia. DI GIOVANI (2009 apud Bonassa, 2010, p. 22)

A perspectiva fundamentada por Bonassa (2010) parte do princípio de que as políticas públicas são fruto de um complexo movimento de interação entre a sociedade e o Estado, onde o mesmo cede às pressões realizadas pela sociedade. As políticas públicas que existem na atualidade passam por processos político contraditório que envolvem interesses diversos a serem conciliados, e vigência destas ocorre de forma dialética. A apreensão deste conceito pelo assistente social é importante para compreender a dinâmica social que envolve as políticas públicas.

Outro conceito significativamente referenciado foi o de “políticas sociais”, abordado nos trabalhos:

Políticas Sociais: A política social está relacionada, ao longo da história, com a configuração da questão social e as respostas das classes sociais e do Estado. (Vicente, 2012, p. 80)

Políticas sociais: A política social, ao contrário do que muitas vezes se apresenta, não rompe vínculo entre o trabalho e benefícios sociais, mas consolida e articula este vínculo(...). (Vicente, 2012, p. 83)

Políticas Sociais: (...) as políticas sociais são fruto de articulações entre as pressões e movimentos da classe trabalhadora com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social e destina-se a suavizar, compensar as desigualdades econômicas resultantes. (Bonassa, 2012, p.21)

Políticas sociais: As políticas sociais são o instrumento por meio dos quais os indivíduos podem ser colocados na qualidade de igualdade de condições. Para que a igualdade se processe impõe-se o reconhecimento das desigualdades que os indivíduos desfavorecidos socialmente apresentam. (Bonassa, 2008,p. 15)

O assunto acerca da “política social” foi abordado nas dissertações de Vicente(2102) e Bonassa (2008), na qual foram referenciados os autores: E. Schwartz; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Eliane Rossetti Behring; Ivanete Boshetti; Gosta Esping-Andersen; Paulo Sérgio Tumolo; Beatriz Paiva; Mirella Rocha; Dilceane Carraro; Vicente de Paula Faleiros; Potyara Pereira; Aldáisa Sposati e Pedro Demo.

Conforme as dissertações, os autores referenciados trazem através das suas ideias perspectivas do conceito com particularidades. Portanto a partir destes, a política pública pode ser entendida como uma proteção social através do investimento de recursos do Estado na sociedade, sendo esta atuante em uma correlação de forças sociais para promover a igualdade. E de outra forma, pode ser percebida como mantenedora do sistema capitalista, à serviço da elite burguesa. Com isso, podemos observar o lado ambíguo da política social.

A reflexão das políticas sociais através dos autores nas dissertações, coloca-as na concepção de que são vinculadas ao surgimento da questão social no embate que ocorre entre o Estado e a Sociedade. A exploração capitalista dos trabalhadores daria origem às constantes reivindicações da sociedade para o Estado, e este responderia em forma de políticas sociais. E por esse motivo, ao mesmo tempo que servem a sociedade para suprir necessidades e promover a igualdade, como diz

Bonassa (2008), ela também auxilia a reprodução do sistema capitalista, conforme Vicente (2012).

A compreensão das duas perspectivas diferentes que se complementam, observadas em Vicente (2012) e Bonassa (2008), a respeito da política social representa a sua realidade, que deve ser abordada pelo profissional do serviço social na área educacional em sua atuação, pelo fato que possibilita a visão ampla do conceito, e , também os limites das políticas sociais como um fator para a transformação da sociedade em virtude da necessidade contínua de exploração que existe no sistema capitalista. Portanto, pensar que a política social resolva as expressões da “Questão Social” é não reconhecer as suas ambiguidades e contradições. Sabendo deste contexto, o assistente social deve estar ciente de seus desafios dentro da política educacional, como também as possíveis estratégias de ação que não reforcem a lógica capitalista.

A “inclusão” e a “exclusão social” são os próximos conceitos gerais que irei comentar, com as variações “políticas de ações afirmativas” conforme os segmentos e autores referenciados das dissertações:

Inclusão: É preciso incluir no sentido do acesso do indivíduo a bens e serviços que lhe são negados, e também acompanhá-lo no exercício de sua autonomia(Bonassa, 2008, p. 15)

Inclusão: (...) não se pode situar o paradigma da inclusão sem considerar, portanto que este tem sua origem na exclusão de uma parcela significativa da sociedade.(Martendal, 2012, p. 41)

Políticas de ação afirmativas: as políticas de ações afirmativas, pois, têm como justificativa fundamental a existência de desigualdades sociais que são entendidas como diferenças educacionais, econômicas e culturais entre grupos numa sociedade. A desigualdade social se define pela inexistência do seu contrário: a igualdade. Cardoso(2008, apud Martendal, 2012, p. 48)

Exclusão social: Um fenômeno moderno que cujo bojo do processo de globalização da economia e da desregulação do trabalho, da proteção social, vem impondo um novo tipo de clivagem entre nações e entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma nação. Esta clivagem não aponta tão somente para a tradicional divisão entre ricos e pobres ou entre os que têm e os que não têm bens e riquezas, mas indica principalmente a

separação entre os que estão dentro e os que estão fora do circuito das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos que constituem patrimônio de todos. Ou seja, trata-se, de uma divisão entre os que estão, sob todos os aspectos (econômicos, sociais, políticos e culturais), confortavelmente instalados no seio da próspera e moderna sociedade deste final de século e os que estão a margem dela. Pereira(1998, Bonassa, 2008, p. 13)

Os conceitos se relacionam, e autores que refletem a “inclusão” são: Gustavo Azevedo; R. M. Freitas; Jaqueline Moll; Carlos Montanõ; Aldaíza Sposati; Acacia Zeneida Kuenzer; em relação a “exclusão social” estão incluídos: Aldaísa Sposati; Potyara Pereira; Robert Castel; e para as “políticas de ações afirmativas” participam: Gizela lensue; Sabrina Moehlecke; Joaquim Benedito Barbosa Gomes e Claudete Cardoso.

A relação entre os conceitos nos mostram a relação que existe entre si, pois como mostra Bonassa (2008) e Martendal (2012), para existir a inclusão social e políticas de ação afirmativas, tem que haver um quadro social de desigualdade de acesso a bens e serviços que são necessários para a manutenção e reprodução da vida e a consolidação da cidadania. Portanto existe uma relação intrínseca entre inclusão e a exclusão social.

Conforme Amaro (2011) a inclusão na escola esta vinculada ao atendimento das necessidades materiais dos alunos para a permanência escolar, mas também se remete a respeitar as diversidades como culturas e etnias diferentes, e ainda, incluir a comunidade e as famílias da qual a escola faz parte, no espaço escolar. Por isso, o conceito de inclusão é abrangente e aplicável para diversas ações da qual o profissional de serviço social realiza. Na educação, o trabalho com a inclusão social abre muitas possibilidades de intervenção, sendo que tem um campo vasto para se trabalhar na política educacional, pois atende aos alunos, professores, família e comunidade.

Lembrando que as políticas de ações afirmativas são quase que exclusivas do ensino superior, no entanto, as dissertações de Martendal (2012) e Bonassa (2012) são referentes ao Instituto Federal de Santa Catarina que possui o sistema de cotas para ingresso na instituição no ensino médio, fazendo parte da sua política de inclusão. O tema possui divergências de idéias, por se constituir em um assunto polêmico no campo educacional, pois a perspectiva vai de encontro a universalidade

de políticas públicas devido a classificação das pessoas por etnia e classe social. Assunto do qual não é o objetivo da pesquisa apresentar, pois não faz parte dos seus objetivos.

A “globalização” foi abordada de forma ampla na dissertação de Goin (2008) a fim de relaciona-la com a educação brasileira, conforme abaixo:

Globalização: (...) leva a idéia de constituição de um mercado unificado- mesmo que esteja longe de promover a homogeneização do espaço econômico-, conveniente para aqueles que ditam as normas do jogo. Refere-se aqui aos grandes oligopólios mundiais, que, antes de qualquer coisa, regem o comércio e as finanças internacionais com o apoio de instituições financeiras mundiais, para manterem a sua hegemonia econômica. São eles, os oligopólios mundiais que através do seu posicionamento junto às agências financiadores mundiais(Fundo Monetário Internacional – FMI e Organização Mundial do Comércio – OMC, ex GATT), que intervém para impor políticas de ajuste aos países, principalmente àqueles endividados, que não tem mais forças para saíres dos entraves erguidos no final do século XX (p. 28)

A discussão sobre a globalização realizada por Goin(2008) em sua dissertação segue através de autores que se referem a este tema de acordo com a dialética marxista como Boaventura de Souza Santos; François Chesnais; José Maria Gomes ;Liszt. Vieira e Marilda Vilela lamamoto.

Conforme lamamoto (2008), a globalização seria a mundialização do capitalismo financeiro, onde existe uma fragmentação da realidade, como a Reforma do Estado ser somente política; a reestruturação produtiva se restringindo somente no campo econômico e do trabalho; a questão social colocada para segmentos de gestão social. Ainda, frisa que a expansão do capitalismo obscurece a integração dos processos “econômicos, políticos e ideológicos. Sendo que a sua melhor visualização é importante para compreensão da formação da questão social.

Com isso, posso observar que Goin (2008), através do conceito de globalização, em seu trabalho, articula os determinantes sociais, políticos e ideológicos que estão vigentes neste tempo de mundialização do capital, com a finalidade de mostrar as influências postas sobre a educação brasileira. Se observa, com sua dissertação, que existe influências de organizações internacionais na condução da educação, que reflete diretamente na LDB e no PNE.

A compreensão destes determinantes mundiais e suas influências na política educacional brasileira é importante para o assistente social que está inserido na educação à medida que compreende as dinâmicas macrossociais que estão vinculadas com a mesma, a fim de projetar a ação profissional pautada em um referencial que proporciona o encadeamento de Questão Social, políticas e ideológicas que fazem parte da “questão social”. Esta sendo o motivo das demandas que vem da educação para o profissional de serviço social.

A “avaliação” é um conceito e representa uma ação do assistente social. Este foi abordado nas dissertações de Martendal (2012) e Bonassa (2008), onde focam o objetivo da pesquisa relacionada com os processos avaliativos realizados no serviço social. Os autores que fazem a contextualização do tema são: José Cezar Castanhar; Frederico Lutosa da Costa; Brandão D. B.; Valderês M. R. Bonadío; M. J. Aguilár e Ezequiel Ander-Egg; Maria Ozanira da Silva; Zulmira Hartz e S. N. Carvalho como no segmento abaixo:

Avaliação: (...) a avaliação é uma forma de pesquisa aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de forma tal que sirva de base ou de guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados. Aguilár e Ander-Egg (1995 apud Martendal, 2012, p.71)

Os pensamentos dos autores trabalhados colocam que a avaliação é importante para o planejamento das ações, e, estão seus conceitos dirigidos para a emancipação e consolidação da cidadania. As ações, realizadas através de um processo avaliativo são melhor direcionadas e as chances de sucesso são maiores, mas lembrando que deve ser realizada dentro da perspectiva Marxista. A avaliação pode ser também realizada para dar-se respostas para os usuários das políticas sociais na sua qualidade, acessibilidade e relevância.

No sentido abordado de avaliação, esta pode contribuir para o controle democrático na perspectiva Marxista como discorre Boschetti (2009), o papel da avaliação deve ultrapassar os conceitos da eficiência e eficácia e coloca-la a serviço da promoção da cidadania, onde são avaliados as políticas e serviços públicos que a sociedade possui a sua disposição. Com isso não devem privilegiar somente a avaliação de impacto social que demonstra os resultados em um contexto fragmentado, pois a história, a economia e a política devem ser analisadas para as avaliações de forma conjunta.

Por fim, o conceito “direito social” foi abordado por Vicente (2012), sob o olhar do autor Pereira:

Os direitos sociais permitem aos cidadãos uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade, sendo resultado das lutas da classe trabalhadora durante o século XIX, mas também das necessidades econômicas e ético-políticas do capital, de manutenção do *status quo*. Estes foram desenvolvidos ao longo do século XX – já no período capitalismo em sua fase monopolista – e traduzidos por meio de leis e políticas sociais, visando em diferentes graus, de acordo com a formação socioeconômica de cada país, de sua inserção produtiva na divisão internacional do trabalho e do acirramento da luta de classes em seu interior. Pereira (2008, Vicente, 2012, p.94)

O autor referenciado traz no conceito a perspectiva de que os direitos sociais vão dar acesso mínimo as riquezas produzidas na sociedade, melhorando com isso as condições de vida dentro do sistema capitalista. Promove a cidadania através da participação real na sociedade dos indivíduos, pelo acesso a educação, saúde, habitação e outros direitos sociais. O pensamento está em conformidade com o que já foi explorado na pesquisa realizada (subitem 3.2), que traz os aspectos do direito social. O conceito foi colocado novamente para constar a perspectiva trabalhada nas dissertações, no entanto, não será aprofundado para não se tornar redundante a discussão.

Com base no que foi analisado até o momento os conceitos levantados através das dissertações estão incluídos dentro da perspectiva teórico-metodológica atualmente hegemônica no serviço social. São importantes para a atuação do assistente social, pois refletem sobre a educação, sendo uma política social, que atua no sistema capitalista em tempos neoliberais. Nesta conjuntura neoliberal, a

questão social continua como o objeto de trabalho do assistente social, que se insere na política educacional.

De acordo com Arcoverde (1999) a questão social nasceu na divergência entre o capital e o trabalho e expressa as desigualdades sociais no sistema capitalista e o assistente social trabalha com indivíduos que as vivem. Com isso, o profissional atua para possibilitar melhores acessos às políticas públicas. Exemplifica que o problema do desemprego é uma questão que afeta profundamente a sociedade, por conta da instabilidade e a não garantia de emprego. Outro ponto é a precarização do trabalho, a sua flexibilização e desregulamentação e a restrição dos direitos do trabalhador.

Conforme Ianni (1991) no Brasil existe um descompasso muito grande entre o “econômico” e o “social”, pois enquanto a economia do país é bem estruturada e desenvolvida a sociedade reflete uma desigualdade de condições de vida que beira a injustiça social, como fome, a falta de habitação e a saúde.

Na atuação do assistente social na educação o conceito desta como um direito social está interligado ao enfrentamento da questão social, onde o profissional vai buscar a complexa realidade do aluno para realizar a intervenção necessária para garantir o seu direito de estudar e com isso realizar um trabalho de inclusão social. O documento do CFESS (2001) fala do contexto escolar onde este é influenciado pelo social onde “o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais” (p.11).

Para entrar em conformidade com os princípios do serviço social, a garantia e a consolidação da cidadania devem ser buscadas pelo profissional, e para isso necessita do enfrentamento das expressões da “Questão Social” que permeiam o ambiente educacional juntamente com os alunos, familiares e professores. No entanto, Moreira (2012) fala que é importante a consciência das influências institucionais que culpabilizam o aluno pelo seu fracasso, e não relevam o contexto social na qual esta inserido. Esta perspectiva retoma o conservadorismo profissional para realizar a “individualização dos problemas sociais”.

Através dos conceitos como “avaliação”, “inclusão”, “políticas sociais”, “educação” e “direito social” observou-se que existem grandes desafios colocados para o assistente social que trabalha na política educacional. O crescimento da sua inserção neste campo de atuação, segundo indicado pelo CFESS (2013) se caracteriza por aumentar as reflexões sobre a educação inclusiva, inserção

profissional e atuação do assistente social; como também a articulação da atuação do assistente social na educação com os trabalhadores, estudantes, comunidade e famílias. Juntamente, a profissão deve se aproximar mais de espaços como conselhos da educação para discussões sobre as contribuições do serviço social na educação e como também construir um arsenal teórico que realize a compreensão do papel do profissional neste campo de atuação que é complexo devido as suas demandas sociais.

Apesar das limitações institucionais das quais os profissionais estão submetidos:

(...) é fundamental que o assistente social assuma conscientemente o compromisso com a transformação do quadro educacional atual e enxerte em cada um desses objetivos sentidos ético-político (tão bem materializado no projeto atual da nossa profissão), articulando suas ações com os movimentos de resistência e de construção de outras propostas de educação que estão em andamento dentro e fora das escolas Moreira(2012, p.169)

Desta forma, reafirmando que o projeto ético-político profissional coloca a educação como um direito social – necessário ser garantido em nossa sociedade, enquanto fundamento de sua transformação. E, cabe ao assistente social uma ação comprometida com a concretização da cidadania e emancipação do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado apresenta aqui elementos de análise e compreensão a cerca da caracterização de atuação do Assistente Social no campo da Educação. Contribui também para a construção de conhecimento na temática “Serviço Social e Educação” considerando que a área vem se tornando um foco crescente de interesse da categoria profissional.

A inserção do assistente social na política educacional é complexa e demanda do profissional conhecimentos da construção da Educação brasileira, e suas influências econômicas, ideológicas e sociais. O conhecimento sobre a política educacional, suas bases teóricas conduzem a ação do profissional inserido na Educação, que por sua vez vem atuando referenciado também pelo projeto ético-político profissional.

A ação desenvolvida nos governos atuais inclui a educação dentro do projeto “desenvolvimentista”, onde a sua expansão esta vinculada a finalidades “econômico-assistenciais”. A relação identificada entre o trabalho e a educação na atualidade remete a mercantilização da Educação e a perda da sua proposta central que é a formação integral do ser humano. A preocupação da pesquisa foi voltada a perceber como está sendo desenvolvida a ação profissional – podendo-se inferir nesse momento que está vinculada com a luta pela garantia do acesso à educação e a sua universalização. Por esse motivo, os conceitos mais presentes foram os de: Educação, Serviço Social, Política Pública, Políticas Sociais, Inclusão, Exclusão Social, Globalização, Avaliação, Direito Social demonstrando a perspectiva profissional adotada. É significativo anunciar que não foram encontrados conceitos que se voltassem para o “mercado de trabalho”, reforçando por vezes a lógica mercantilista da educação no Brasil.

A mercantilização da educação tem sido a direção adotada nas últimas décadas, onde os empresários que formam a elite Brasileira obtêm vantagens com a padronização educacional por receberem um trabalhador “domesticado”. A classe trabalhadora, que se insere dentro das relações de produção capitalistas, é levada a procurar a educação para a “competitividade”. Devido à falta de trabalho, na tentativa de livrar-se do desemprego, procuram uma formação voltada no setor privado. E, o acesso desigual à educação ocasiona a estratificação social, pois

enquanto alguns têm acesso a uma educação pública precária, outros pagam pela educação no setor privado.

Os dados retirados das dissertações e analisados mostram que a produção de conhecimentos na área da educação básica pelo serviço social embora inicial, tem crescido significativamente. Foram identificadas dissertações na Educação Infantil e no Ensino Médio Profissional, o que caracteriza a inserção profissional em significativas etapas da educação básica pública.

Foram identificados os conceitos, Educação, Serviço Social, Política Pública, Políticas Sociais, Inclusão, Exclusão Social, Globalização, Avaliação, Direito Social, nas dissertações, o que representa uma perspectiva de atuação profissional voltada para o campo da garantia de direitos no campo da política educacional; sobretudo, para a reafirmação da Educação como um Direito Social, reafirmando os princípios profissionais da ética do Serviço Social. A inferência se deve pelo reconhecimento da discussão abordada pelos conceitos, que promovem a garantia de direitos, ampliação de acesso e universalização da política educacional pública.

O desafio do Serviço Social atuar na garantia da educação - na perspectiva do direito social nos remete a uma luta na categoria profissional contra a mercantilização da educação, onde tem o papel de ser emancipadora. Contudo, em tempos de capitalismo neoliberal a educação a serviço do capital assume uma forma alienante e submete os indivíduos a ideologias acríticas da realidade. O ensino deve proporcionar a “sociedade da liberdade” (MÉSÁROS, 2008) no sentido de conquistar a autonomia, e não aprisiona-la às regras do modo de produção da atualidade. Para que isso ocorra, é necessário desvincular a sua finalidade das propostas econômicas. Esse é o nosso grande desafio, onde o assistente social precisa saber se posicionar com uma perspectiva crítica frente ao que coloca a educação subordinada ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis, Ed UFSC, 2011.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal Máximo x cidadania mínima: Código de violência na era da globalização**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2003. (p63 -80)

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed.rev e atual. São Paulo: Moderna, 1996

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão social no Brasil e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço social. Brasília:CFESS / ABEPSS / CEAd /Unb, 1999, p.75-86.

BACK, Larissa Brand. **Participação e Processos Político-Organizativos: temas para o Serviço Social**. UFSC, 2010.

BAGATTOLLI, **Carolina**. **Reforma do Estado: Críticas ao Modelo Gerencial**, 2009 (Texto de discussão p/ o curso de extensão Estado e Políticas Públicas (EXTECAMP/UNICAMP)). 2009

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004(p.1 a 85)

BOCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS 2009 (p.575 à 592)

BONASSA, Giselli Dandolini. **A política de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina : uma proposta de avaliação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **A seguridade social na América Latina**. In: Política Social no Capitalismo- Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL, Lei 8.069 /90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Brasília, 1990.

BRASIL, **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LDB). Lei Federal de n 9.394 de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL, LEI N 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e outras providências**. 2014, Brasília

BRASIL,PEC 13 / 2007. **Acrescenta o inciso VIII ao artigo 208 da Constituição Federal de 1988**. Brasília, 2007

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967

BRAVO, Maria Inês Souza(org); Menezes, Juliana Souza Bravo. **A Política de Saúde no governo Lula- Algumas Reflexões**. In: D' Acri, Vanda; Martins Janaína Bilate (org). Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho. Rio de Janeiro. ENSP(Fiocruz), 2010.

BUSSINGER, V.V. **Fundamentos dos direitos humanos**. In: Revista serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1997, n 43, ano XVIII, março 1997, p.9-45.

CABRAL, Mônica Vieira. **Programa Mais Educação: Proposta de atenção em contraturno escolar e sua interconexão no âmbito da política de assistência social do município de Florianópolis, 2013**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social). UFSC, Florianópolis, 2013

CFESS. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS- CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional**. Revista Ser Social, Brasília, v.14, n. 30, p 244-258, jan –jun 2012.

CFESS. **Código de ética do Assistente Social**.9 ed. Brasília, 2011

CFESS. Serviço Social na Educação. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF: 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação.** Conjunto CFEES-CRESS. Brasília. 2014.

COSTA, Charlles Garcia. **Uma leitura do aluno carente por uma perspectiva mítica.**2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2006.

COUTO, Berenice Rojas Couto. **O Direito Social e a Assistência social na sociedade Brasileira: uma equação possível?.** 4 ed, SP: Cortez, 2010

FAUSTINO, Micheli Klauberg. **Os Desafios Postos ao Serviço social do Colégio marista: Demandas e Respostas da Profissão na Relação com o contexto escolar.** 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC,2011.

FREITAG, **Bárbara. Escola, Estado e Sociedade.** 4 ed. Revista. São Paulo: Moraes1980(coleção educação universitária).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2ed.São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, Pablo (org). **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In; Silva, tomaz Tadeu (org); Moreira, Flávio Antonio; Frigotto, Gaudêncio; Sacristán, José Gimeno. Escola S.A:quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2 ed. Brasília: CNTE, 1999.

GENTILI, Pablo. **Três Teses sobre a Relação Trabalho e Educação em Tempos Neoliberais.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). Capitalismo, trabalho e Educação, 3ed, Campinas, SP: Autores Associados,2005.

GILES, Thomas Ransom, 1937. **História da Educação.** São Paulo: E.P.U, 1987

GOIN, Mariléia. **O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul : uma análise a partir dos planos educacionais.**2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC,2008.

http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171 acesso em 27.11.2014

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 ed. SP: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A questão Social**. In: Revista São Paulo em Perspectiva. (1). Jan / Mar. São Paulo: Sead. 1991.(p. 02- 10)

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: Pereira, Dahmer Larissa; Almeida, Ney Luiz Teixeira; (org);Forti, Valéria; Guerra, Yolanda; (cord). Serviço social e Educação. RJ: Lumen Juris, 2012.

MARTENDAL, Luciana. **Programa de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social : aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão**.2012. Dissertação(Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2012.

MARTINS, Rosimari Koch. **Expectativas das famílias com crianças menores de quatro anos em relação à educação pública e às experiências educativas vividas por seus filhos : um estudo da localidade rural de São José, município de Braço do Norte - SC**. 2006.Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008

MINISTÉRIO PÚBLICO. **O que é o Fundef ?** Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.mprs.mp.br/infancia/pgn/id81.htm> _acessado dia 28.09.2013.

MONTAÑO, Carlos. **O serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Revista Serviço Social e sociedade. n 53. SP: Cortez, 1997.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **Serviço Social na Educação Básica: particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca**. In: Pereira, Dahmer Larissa; Almeida, Ney Luiz Teixeira; (org);Forti, Valéria; Guerra, Yolanda; (cord). Serviço social e Educação. RJ: Lumen Juris, 2012.

MURILLO, Susana. **Produção de Pobreza e construção de subjetividade**. In: Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina; Buenos Aires: CLACSO, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Revista do Serviço Público. Brasília v. 47 n 1, janeiro-abril de 1996

PINO, Ivany. **A Lei de diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional** In: Brzezinski, Iria(org) Antonio Joaquim; Pereira, Eva Waisros; Lobo, Heloisa Helena; Belloni, Isaura; Monlevade, João; Aguiar, Márcia Angela; Gracindo, Regina Vinhaes; Haddad, Sérgio; Vieira, Sofia Lerche; Didonet, Vital; Teixeira, Zuleide Araújo. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 2 ed. Revisada. São Paulo: Cortez, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Reformas Educacionais: utopia, retórica e prática** In: Moreira, Flávio Antonio; Frigotto, Gaudêncio; Sacristán, José Gimeno. Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2 ed. Brasília: CNTE, 1999.

SANTOS, Ana Paula Nogueira da Silva. **A Sinfonia da Educação-Novas Perspectivas para a Atuação do Profissional de Serviço Social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

SANTOS, André Michel. **As práticas socioeducativas do assistente social inserido na política de educação**. In: Silva, Marcela Mary José da Silva(org.). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica; Noronha, Karine. **O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social-uma Perspectiva Crítica**. In: Forti, Valeria e Guerra, Yolanda(Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. RJ: Lumen Luris, 2010.

SANTOS, Marcia do Rocio. **A resistência dos trabalhadores aos princípios da sociedade de mercado na educação pública do Paraná**. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008(coleção educação contemporânea).

SILVA, Marcela Mary José. **O Lugar do Serviço Social na Educação**. In: Silva, Marcela Mary José da Silva(org.). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012

SILVA, Tattiana Tessye Freitas. **Apontamentos sobre Serviço social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes**. In: Silva, Marcela Mary José da Silva(org.). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012

SIMÕES, Carlos. **Na Ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo**. Revista Serviço Social e Sociedade, SP, n 99, jul-set , 2009.

SOUSA, Charles Toniolo. **Prática do Assistente Social: Conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Pontagrossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>

VICENTE, Gabriela Augusto. **A ambiguidade no reconhecimento do direito a educação infantil: o acesso universal em debate**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, 2012.

WITIUK, Ilda Lopes. **A Trajetória Sócio-Histórica do Serviço social no Espaço da Escola**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social).PUC, São Paulo, 2004

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução aos Fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos**. In: Wolkmer, A.C.; Leite, J.R.M. (orgs). Os “Novos” Direitos no Brasil: naturezas e perspectivas. São Paulo: Saerdraiva, 2003, p.1-27.

APÊNDICE 01:

Quadro1: Dissertações de mestrado do Curso de Serviço Social da UFSC na área da Educação Básica Pública no período de 2004 à 2013.

Título	Autor	Numero da Dissertação	ano
A resistência dos trabalhadores aos princípios da sociedade de mercado na educação pública do Paraná.	SANTOS, Marcia do Rocio	208648	2004
Expectativas das famílias com crianças menores de quatro anos em relação à educação pública e às experiências educativas vividas por seus filhos : um estudo da localidade rural de São José, município de Braço do Norte - SC.	MARTINS, Rosimari Koch	235984	2006
Uma leitura do aluno carente por uma perspectiva mítica.	COSTA, Charles Garcia	226955	2006
O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul : uma análise a partir dos planos educacionais.	GOIN, Mariléia	260714	2008
A política de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina : uma proposta de avaliação.	BONASSA, Giselli Dandolini	279596	2010
Os Desafios Postos ao Serviço social do Colégio marista: Demandas e Respostas da Profissão na Relação com o contexto escolar	FAUSTINO, Micheli Klauberg	300357	2011
Programa de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social: aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão.	MARTENDAL, Luciana	310347	2012
A ambiguidade no reconhecimento do direito a educação infantil: o acesso universal em debate.	VICENTE, Gabriela Augusto	312804	2012

APÊNDICE 02

Quadro 2: Palavras-chave das 7 dissertações de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina na área da Educação Básica Pública no período de 2004 à 2013.

Palavras-chave	incidência
Ações afirmativas	1
Assistência Estudantil	1
Assistência Social	1
Avaliação	1
Avaliação de Políticas Públicas	1
Blocos Econômicos	1
Direito Social	3
Educação	4
Educação Inclusiva	1
Educação Infantil	4
Educação tecnológica	2
Família	1
Globalização	1
Inclusão	1
Infância	1
Intervenção	1
Mercosul	1
Política pública	1
Serviço Social	3
Total : 19	24

ANEXO 01:**PROJETO DE PESQUISA****Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação**

Projeto de pesquisa submetido ao Edital nº003/2011 do Programa de Apoio à Pesquisa (FUNPESQUISA) sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, fevereiro de 2012

1- INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa, que se apresenta responde ao requisito para a concorrência ao Edital nº003/2011 do Programa de Apoio à Pesquisa (FUNPESQUISA) sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto de pesquisa toma como referência a crescente a inserção do assistente social no campo educacional, e de modo especial na política pública de educação básica. Para tanto, propõe-se a analisar “o Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação.”

É sabido também que a escola é uma instituição burguesa e, como tal, voltada a responder aos seus interesses. No entanto, ao longo da história se tornou um espaço fundamental para a classe trabalhadora, onde esta tem possibilidade de se apropriar de conhecimentos necessários à constituição da vida em sociedade. Autores como Gramsci e mais recentemente, Snyders (1981), Enguita (1989,1990), Manacorda(1990), Gentili (1999) dentre outros, chamam atenção sobre a contraditoriedade contida nesse espaço institucional. Se de um lado muitas vezes é tomada como mero espaço de “controle ideológico” e de formação da força de trabalho, voltado aos interesses capitalistas, com a finalidade de manutenção da ordem vigente. De outro lado, essa se constitui também em um espaço de construção da autonomia, sociabilidade e formação do ser social, onde os conhecimentos socializados leve-o a se identificar enquanto classe social. Dessa forma os referidos autores reafirmam que coloca-se no ambiente escolar projetos distintos de construção social, projetos antagônicos e em permanente disputa.

No caso brasileiro, esse processo está fortemente registrado em seu percurso histórico, onde a questão educacional emerge como tema socialmente problematizado na estrutura do Estado ligada as marcas conservadoras. A educação no Brasil apresenta, desde a sua origem, um caráter de seletividade e desigualdade de acesso à população. Enquanto a elite foi sendo preparada para o poder, os pobres “adestrados” para o trabalho (Azevedo, 2004). Temos registrado aqui praticamente um século de movimentos voltados a garantia do acesso à educação (processo histórico que não cabe registrar no presente texto), porém há a necessidade de reafirmar a importância da luta pela educação pública e de

qualidade, que nas últimas décadas tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a necessidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade (Bressan, 2000).

A escola como local de disputa, se encontra em uma realidade contraditória e dinâmica, é no cotidiano escolar que se manifestam as diferentes expressões da questão social que interferem no processo de ensino-aprendizagem. É nesse contexto de possibilidades e contradições que se abre aos assistentes sociais um espaço importante de atuação nas instancias de educação, de modo que possam colaborar na ampliação e consolidação da educação como direito. O status de política pública dado a educação implica na garantia de acessos e principalmente na qualidade do ensino, de modo que esse possa promover, de fato, o desenvolvimento da pessoa em todos os níveis (físico, mental e espiritual).

A inserção no campo da educação, impõe aos assistentes sociais, o desafio de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional que tem como compromisso contribuir na garantia da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, na sua gestão democrática.

A atuação do serviço social tendo como locus de atuação a política de educação está atrelada ao campo da garantia dos direitos, da universalização dos acessos e democratização do ensino público, gratuito e de qualidade. O direito a educação e o acesso a permanência na escola, no caso brasileiro, contam atualmente como aportes legais fundamentais como: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, que tem como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e participação na sociedade.

Resumo: Trata-se de um estudo exploratório sobre a inserção do assistente social no campo educacional no Estado de Santa Catarina. Privilegia o estudo política pública de educação, com foco na Educação Básica, prioritariamente ofertado pela rede pública estadual de educação e os municípios que compõe a Grande Florianópolis, de maneira a subsidiar a formulação de programas sociais que contribuíam para a concretização do direito à educação pública e de qualidade.

2- OBJETIVOS, METAS E VIABILIDADE

- Objetivo geral - Desenvolver estudos acerca da inserção do Serviço Social no campo educacional e de modo especial na política pública de educação, tendo com foco na educação básica, de maneira a subsidiar a formulação de programas sociais que contribuíssem para a concretização do direito à educação pública e de qualidade;

- Objetivos específicos -
 - a) Mapear os Programas e Projetos desenvolvidos pela política pública de educação que tem o assistente social em equipes multiprofissionais;

 - b) Analisar as propostas de atuação do SS no campo da educação básica para o enfrentamento das demandas emergentes no espaço sócio-ocupacional;

 - c) Construir uma `cartografia´ das experiências profissionais registradas nos Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC que tem como referência atuação de assistente social na política pública de educação, com foco na Educação Básica;

 - d) Identificar e mapear as principais categorias norteadoras da atuação no campo educacional, presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC;

 - e) Contribuir na caracterização da atuação do assistente social no campo educacional;

Metas do Projeto de pesquisa:

- Revisão Bibliográfica;
- Levantamento de programas e/ou projetos desenvolvidos na rede pública estadual e nos municípios da Grande Florianópolis;
- Construção das sínteses dos dados obtidos da região;
- Construção de Relatório Final;
- Elaboração de artigos científicos e/ou monografias (trabalho de conclusão de curso) que sistematizem os dados obtidos;

3- MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Inicialmente rendo-me ao autor que tive meu primeiro contato por ocasião do mestrado e que indica sabiamente o caminho de compreensão da realidade sob o ponto de vista da totalidade concreta. Além de Marx, poucos autores foram tão explícitos ao demonstrar a importância de investigar dialeticamente a realidade social, chamando atenção para a simplicidade e a complexidade ali sintetizada. Assim, Kosik (1976) nos indica que:

O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento de um todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido de algo mais (p.40).

A perspectiva deste projeto de pesquisa está em analisar a realidade social de forma dialética entendida essencialmente como contraditória e em permanente transformação, como um “momento de um determinado todo” (KONDER, 2009), sendo necessário uma postura crítica, que busque romper com o imediato, com a aparência. Para tanto, é necessário adotar procedimentos metodológicos específicos, vinculado a cada uma das diferentes instâncias de intervenção.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório no qual tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação, de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43). Este não tem como proposta medir ou numerar dados, mais sim, de explorar, de buscar respostas ao tema proposto, tornando as informações explícitas, construindo hipóteses a partir dos dados obtidos, a fim de colher indicativos de análise e reflexão sobre a temática tendo como referência os objetivos propostos. Ou seja “[...] uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou da fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a

mensagem manifesta e atingir os significados latentes”. (MINAYO e SANCHES, 1993 apud SERAPIONI, 2000, p4)

Nessa perspectiva, no plano analítico optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica-documental tendo como referência as produções científicas, os Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC, bem como documentos institucionais definidores de programas e/ou projetos vinculados à política pública de educação básica.

Para tanto, com o objetivo de apreciação dos registros será utilizada a técnica de análise de conteúdo, compreendida a partir do que traz Oliveira, que o procedimento “[...] é um conjunto de técnicas de exploração de documentos que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto.” (OLIVEIRA et. al. 2003. p. 6). Segundo a referida autora, tal procedimento de análise busca a definição de categorias e subcategorias como formar de “orientar o pesquisador” (p. 10) na decodificação de dados e elementos contidos nos textos analisados, visando subsidiar edificação de informações, que possam propiciar a construção de novas propostas para a intervenção do Assistente Social. Entendendo, como traz Bardin (1977), que se pretende

[...] tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de 70 números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem [...] (p. 37).

A construção do referencial analítico tem a finalidade de trazer a tona as expressões que possibilitem visualizar a caracterização da atuação do Assistente Social no campo educacional e de modo especial na política pública de educação, com foco na Educação Básica.

4- JUSTIFICATIVA DA EXECUÇÃO DO PROJETO. RESULTADOS E/OU PRODUTOS ESPERADOS

Justifica-se a necessidade e a importância da presente pesquisa se concentrar no campo educacional motivados principalmente pelos fatos de: 1) a trajetória de formação e de experiência profissional da pesquisadora ter ocorrido no campo da política educacional; 2) a inserção da pesquisadora em instâncias de debate que se relacionam diretamente a política e ao direito à educação; 3) pela crescente inserção de assistente social compondo equipe multidisciplinares no espaço educacional, e de modo especial na política pública de educação básica; 4) pela necessidade de contribuir no debate que hora se estabelece no conjunto da categoria profissional vinculado à caracterização da atuação do serviço social no referido campo sócio-ocupacional;

Já a escolha recair objetivamente sobre a política pública de educação, tendo com foco na educação básica, decorre pelo fato de: 1) estar atrelada ao campo da garantia dos direitos, na busca da universalização do acesso e permanência em uma escola pública, gratuita e de qualidade, e comprometida com a democratização do ensino público, voltado ao interesse da maior da população. 2) construir uma intervenção qualificada - enquanto profissional que tem como compromisso contribuir na garantia da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos política pública educação básica.

Dessa forma a análise do campo educacional terá como pressuposto os efeitos da reestruturação do capital, fortemente sentido principalmente a partir da década de 1990, onde o Estado tem atuado muito mais na perspectiva de atender aos interesses do mercado internacional e no desenvolvimento dos “novos padrões da força produtiva” e da adequação da força de trabalho. O avanço da tecnologia vem exigir trabalhadores “qualificados para o mercado de trabalho” fazendo com que Política Educacional, hora gestada, se volte para essa direção. Em contraposição a esse movimento, temos a luta pela garantia do direito à educação, enquanto direito humano fundamental. Esse percorre um caminho marcado por inúmeros sujeitos sociais: pelas lutas que afirmam esse direito, pela responsabilidade do Estado em prover os meios necessários à sua concretização e pela adoção de concepção de uma educação cujo princípio de igualdade contemple o necessário respeito à diversidade.

No caso brasileiro, os movimentos populares na busca da garantia de direitos e da liberdade, democracia, em contraposição ao regime autoritário, ganham forças na década de oitenta, período de reinstalação da democracia no Brasil. E, apenas em 1988, na Constituição Federal, o Art. 205, instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo como referência o referido artigo constitucional, a educação brasileira é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Entretanto a promessa contida neste artigo da Constituição Federal e em alguns artigos da referida lei, principalmente no que tange ao direito de acesso à educação pública e de qualidade e como dever do Estado, não vem sendo concretizada trazendo consigo o “rango” ou as “marcas” do antigo regime, somados ainda às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, impedem a efetivo acesso ao direito à educação.

É colocado assim significativos desafios à escola pública nas últimas décadas, principalmente na necessidade de responder aos interesses da classe trabalhadora – freqüentadora a escola pública, oferecendo condições objetivas de trabalho no contexto escolar, que possibilite a sistematização de conhecimentos vinculados às necessidades sociais e que possibilitem ao sujeito uma atitude crítica de intervenção na realidade.

A partir dessa perspectiva impõe-se a necessidade de um conhecimento ampliado e totalizante que coloca-se como horizonte uma realidade dinâmica e que questões emergem dessa realidade em permanente transformação. Que a escola faz parte da realidade social dos indivíduos, sendo assim, é necessário conhecer a aprofundar a relação da escola e seu papel na sociedade e ao mesmo tempo aproximar os pais do ambiente escolar, para que assim possa haver uma troca e o resultado será remetido na vida das crianças e jovens que fazem parte destes ambientes. Sobre nossa inserção no espaço escolar, o apoio do serviço social para garantia do direito a educação é um fator importante, pois atravessa a realidade social das pessoas que se encontram no ambiente escolar, visto que em geral são

fatores que em muitos momentos são difíceis de serem encontrados no dia a dia do ambiente escolar.

“...pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.”(ALMEIDA, 2003,p.02).

O referido autor, traz à tona a questão de que por mais que haja bons argumentos para aproximar o Serviço Social da educação é necessário ver que esta relação “carece de um maior desdobramento, seja do ponto de vista teórico ou político, para sustentar uma justificativa ou explicação quanto à presença dos assistentes sociais na área de educação” (p.02).

As possibilidades de contribuição do serviço social no âmbito educacional são muitas, entre as mais importantes estão: identificar problemas nos fatores culturais, sociais e econômicos, pois esses são os maiores responsáveis pela evasão escolar, comportamentos agressivos, baixo rendimento em sala de aula, entre outros fatores. Sendo assim, o trabalho interdisciplinar nesse contexto é de extrema importância, pois é preciso a contribuição dos educadores, assistentes sociais e psicólogos para um atendimento mais efetivo desses alunos.

- Resultados e produtos esperados:

Neste sentido, a proposta de pesquisa que se apresenta pretende como resultados:

1. Formulação de quadro conceitual demonstrativo da implementação do Serviço social no campo educacional na Grande Florianópolis;
2. Produção de novos referenciais analíticos que subsidiem a atuação do assistente social na política pública de educação, de modo especial na educação básica;

3. Elaboração de documento síntese com análise dos dados coletados.

Os resultados também servirão de aporte para a produção de artigos e materiais para a apresentação em eventos da comunidade científica fortalecendo os Grupos de Estudo e Pesquisa da Universidade. Reiterando-se que os dados obtidos no presente estudo proporcionarão o conhecimento acerca das particularidades da atuação do serviço Social no campo educacional permitindo contribuir no desenvolvimento e a implementação de programas multidisciplinares a serem desenvolvidos em parcerias entre os municípios da região pesquisada e da rede pública estadual e a universidade, propondo estratégias, baseadas nos dados levantados.

5- RISCOS E DIFICULDADES

Tendo em vista a natureza da pesquisa (bibliográfica/documental) a mesma não envolve riscos ou ainda não envolve nenhuma intervenção com seres humanos para coleta das informações como entrevista, aplicação de questionários e outras técnicas dessa natureza.

6- OUTROS PROJETOS E FINANCIAMENTOS

A vinculação com projetos de pesquisa esteve presente na vida profissional desenvolvida anteriormente ao ingresso na UFSC como professora do quadro permanente do Departamento de Serviço Social. A experiência profissional anterior foi desenvolvida na Secretaria de Estado da Educação e como colaboradora na Organização Não-governamental – OMEP/BR/SC (organização da sociedade civil). Na OMEP/BR/SC Exerceu a coordenação, execução e análise dos dados da pesquisa: *Diagnóstico Do Pré-Escolar - referente aos dados do Estado de Santa Catarina*, desenvolvida de 08/1988 a 03/1989, desenvolvida conjuntamente com a OMEP/BR-MEC.

Quando da vinculação à programas de pós-graduação, integrei 03 grupos de pesquisa. No programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de

Santa Catarina atuou como membro da linha de pesquisa “Educação e Trabalho” participando do grupo de estudos e pesquisa sobre a “Construção da Classe trabalhadora em Santa Catarina”.

No processo de doutoramento, foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa: - **NEPSAS: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social** – PUC/SP, vinculada ao projeto “*A proteção social contra a exclusão e a serviço da inclusão social*” (programa CAPES/COFECUB), projeto que tem como finalidade estabelecer um intercâmbio de análises a cerca dos conceitos, modelos de ação pública e da construção de referenciais voltados à inclusão social no Brasil e na França.

Como a formação de doutorado foi realizado sob a modalidade de Co-Tutela entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP e a Université Pierre Mendès France de Grenoble - UPMF/França. No período de estada em Grenoble (fevereiro até dezembro/2003) os trabalhos foram desenvolvidos junto ao Institut D’Etudes Politiques vinculado a UPMF, tendo como local de desenvolvimento dos estudos na **Equipe de Recherches Économiques et Sociales – ERES e no Pôle d’Etudes des Politiques Sociales et Econômiques – PEPSE**.

O projeto de pesquisa desenvolvido neste período de estada na França, denominado: “A significação do conceito de ‘Sujeito de Direitos’ que informam as Políticas de Atendimento da área da Criança e do Adolescente Franceses”, esteve inscrito no eixo de investigação dos - Valores e conceitos referenciais de políticas sociais - do projeto “*A proteção social contra a exclusão e a serviço da inclusão social*” (Programa CAPES/COFECUB), buscando compreender os elementos constitutivos da Política de Assistência Social para o segmento criança e adolescente implantado a partir da década de 90 no Brasil. E, a importância de trabalhar com este projeto de pesquisa na França (Grenoble) emergia das significativas mudanças ocorridas naquele País a partir da década de 70 no que se refere à gestão das políticas sociais e de modo especial no processo de democratização da produção destas políticas.

Atualmente, é membro do **Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente** – NECAD (DSS/CSE/UFSC), vinculada a linha de pesquisa Educação, cidadania e Direitos e junto ao **Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social** na

América Latina como membro integrante do projeto de pesquisa: O SUAS EM SANTA CATARINA: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM PERSPECTIVA, projeto vinculado ao Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq n. 36/2010 – Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Prof. Dr^a Beatriz Augusto De Paiva.

A proposta de pesquisa intitulada Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação é a primeira proposição da docente visando financiamento institucional, tendo em vista o recente ingresso na UFSC (setembro de 2010).

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. M. L. de. “O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica”, *In*: Ferreira, N. S. C. e Aguiar, M. A. da S. (Orgs.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo; Cortez Editora, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Texto apresentado no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio 2007 em Belo Horizonte. (mimeo). Disponível: www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc

_____. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Texto apresentado no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. (mimeo).

_____. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. In: Publicado no Caderno Especial n.26, 2004.

p.01à21.Disponível:<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>

_____. O Serviço Social na educação. In: Revista Inscrita, nº6. Brasília, 2000.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BACKHAUS, Berenice Beatriz . Prática do Serviço Social escolar: uma abordageminterdisciplinar. Revista Serviço Social e Sociedade . São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BERING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização. 2009. p. 301-322.

BORDIEU, Pierre. Escritos de educação. (org.) Nogueira, Maria Alice;CATANI, Afrânio. Petrópolis: Vozes, 1998 (Ciências Sociais da educação)

BUFFA,E.,ARROYO,M,E NOSELLA,P. Educação e cidadania: quem educa o cidadão?São Paulo: Cortez, 1988.

BUFFA, E. Ideologia em conflito: escola pública e escola privada. São Paulo:Cortez,1979.

BRASIL, Presidência da República. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Presidência da República. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei no 8069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Presidência da República. *Dispõe sobre a Organização da Assistência Social*. Lei nº8.742 de 7 de dezembro de 1993.

BORGETTO, Michel. LAFORE, Robert. *Droit De L'aide Et De L'action Sociales*. Paris: Montchrestien EJA, 1996.

BRESSAN, Carla R. et alli. "Educação Infantil". In: Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina*:

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares. Florianópolis:IOESC. Cogen,1998.

_____. “Políticas de atendimento da área da criança e do adolescente e a significação de sujeito subjacente - uma análise necessária”. In: *Anais do 10 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro. 2001. v. único.

_____-et alli. *Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação*. Brasília: DF, 2001.

_____.“Fórum Nacional de Assistência Social: Debatendo uma política para o Brasil”. In:*Cadernos ABONG n°30*. São Paulo, novembro/ 2001.

_____.“A Educação Infantil no Brasil: o que mudou nas últimas décadas?”. In: *Boletim Orçamento & Política da Criança e do Adolescente n°13*. Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Brasília, outubro/2002.

BRESSAN, Carla R. *O direito de proteção social não contributiva à infância e à adolescência no Brasil e na França*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC e Universidade Francesa Pierre Mendès France- França. PUC/SP. 2006.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: *Revista Serviço Social e Sociedade n 46*. São Paulo: Cortez, 1994. p.138-150.

CARNOY, Martin. *Educação, economia e Estado: base e superestrutura (relações e mediações)*. 3ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1987.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: *Revista Serviço Social e Sociedade n 46*. São Paulo: Cortez, 1994. p.150-162.

CFESS. *Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação*. Brasília: DF, 2001.

CUNHA,L.A. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo/ Brasília/ Niterói: Cortez/ FLACSO/EDUFF, 1991.

ENQUITA, Mariano Fernández. *A Face Oculta da Escola – Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1989.

FERREIRA JÚNIOR, Amarília; BITTAR, Marisa. Educação e capitalismo periférico globalizado. *Revista Ser Social*. Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, n.4, janeiro a junho de 1999, p. 153-194.

FERNANDES, Angela Viana Machado; MACHADO, Lourdes Marcelino (et al.)(organizadoras) . *Nova LDB: trajetória para a cidadania?* São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1977. *Belo Horizonte: Autêntica/Ação Educativa*,2004.

FRIGOTTO. Guadêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4ed. São Paulo: Cortez,2000.

GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo* . Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. E GENTILI, Pablo (org.) *Escola e S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1999. p.9-49.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *A questão social no capitalismo*. *Revista Temporalis*. Nº3. Brasília: ABEPSS, p. 9-32, 2004.

IANNI, Octavio. *A Questão Social*. Editora: *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.05, nº.1, Jan-Mar, 1991.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro:Paz e terra, 1976.

LIBÂNEO, J. OLIVEIRA, J. E. E TAOSCHI, M. S. Políticas; Estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MARTINS, E. B. C. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar. Marília: Unimar, v.6, n. 6, 2002, p. 41-51.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. 6. ed. São Paulo: Global, 1986.

MARCHESI, Álvaro. Mudanças sociais e mudanças educacionais na América Latina. In: Educação na América Latina: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002, p. 97-112.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004. 269 p.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 80 p.

NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, Saber, produção em Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PEREIRA, Potyara A.P. Estado, sociedade e esfera pública. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização. 2009. p. 285 -300.

PONCE, A. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez : Autores associados, 1992. Revista em Foco n°3. CRESS – 7ª Região. 2006.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSSI, Vagner G. Capitalismo e Educação – contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2ed. São Paulo: Moraes, 1980.

SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classes. 2ed. Lisboa: Moraes editores, 1981.

Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC;														
4- Mapeamento das experiências que tem como referência atuação de assistente social na política pública de educação;			X	X	X									
5-Contato com as Secretarias Municipais e Educação da Grande Florianópolis e coleta de documentos;			X	X	X									
6- Leitura e análise dos documentos coletados;						X	X	X	X	X	X	X		
7- Elaboração do relatório final													X	X

10- PARTICIPANTES DO PROJETO

PARTICIPANTES DO PROJETO

CARLA ROSANE BRESSAN

Coordenadora

Professora Adjunta I do Departamento de Serviço Social

Centro Sócio-Econômico

Universidade Federal de Santa Catarina

ORÇAMENTO

Código	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
I-001	Desktop Administrativo	Especificações técnicas - Processador com dois núcleos, 2,8 GHz, memória cache L2 de 512 Kbytes, memória cache L3 de 1096Kbytes, memória RAM 4Gb DDR3, 6 (seis) portas USB 2.0 livres, sendo no mínimo 2 (duas) frontais, sem o uso de adaptadores. Interface de rede FastEthernet (RJ-45), Velocidade de 10/100/1000 Mbits. HD Capacidade de 320 Gbytes, padrão SATA II, velocidade de rotação de 7200 RPM. Mídia Óptica leitor/gravador DVD/RW, compatível com mídias: CD-RW, CD-R, CD+R/RW, DVD+R, DVD-RW, DVD-RW Double Layer, DVD, DVD+R Double Layer e DVD+RW. Gabinete padrão SFF (Small Form Factor) com volume máximo de 13.000cm ³ , cujo projeto permita o uso nas posições vertical e horizontal, com tecnologia BTX; tipo tool free. Teclado com bloco numérico separado, ABNT2; Mouse ótico. Monitor: LCD com no mínimo 19"; resolução 1440x900 em 16 milhões de cores; Sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, em português do Brasil.	unidade	1	R\$ 2.500,00	R\$2.500,00
M-008	Armário Baixo	Com 02 portas e 01 prateleira. Altura: 68,5 cm. Largura: 89 cm. Profundidade: 38 cm. Confeccionado em chapa de arvoaplac, MDP ou MDF, com laminado melamínico.	unidade	1	R\$ 240,00	R\$ 240,00
M-002	Estante de Aço	Com 05 prateleiras. Desmontável. Peso máximo por prateleira: 25 Kg. Altura: 180 cm. Largura: 92 cm. Profundidade: 30 cm. unidade 1 R\$ 115,00 R\$ 115,00 Total Capital:	unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
Total Capital:					R\$ 2.855,00	
--	Caneta Esferográfica	caneta esferográfica, material plástico, quantidade cargas 1, material ponta latão com esfera de tungstênio, tipo escrita fina, cor tinta azul, características adicionais material transparente e com orifício lateral	cx com 50 unidades	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
--	papel A4	papel A4, material papel alcalino, gramatura 75, cor branca	resma	10	R\$ 14,50	R\$ 145,00
--	grampeador	grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo mesa, capacidade 20, tamanho grampo 26/6, características adicionais comprimento mínimo de 16 cm, normas técnicas abnt nbr 15236/2005	unidade	2	R\$ 10,50	R\$ 21,00
--	grampo grampeador	grampo grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado, tamanho 26/6, uso grampeador de mesa	cx com 5000un	5	R\$ 5,50	27,50

--	lápiz preto	Lápis preto n.2 c/borracha hb2 conte evolution Bic CX 72 UN	Cx	1	R\$ 29,90	R\$ 29,90
--	carrinho pastas suspensas	Carrinho p/pastas suspensas preto 1131-2 Metaltru PT 1 UN	carrinho	1	R\$ 54,90	R\$ 54,90
--	pasta plástica em L	Pasta plástica em L pp 0,15 A4 amarela 4012 Plastpark PT 10 UN	pacote	3	R\$ 5,50	R\$ 16,50
--	pasta suspensa plastificada/marmorizada	Pasta suspensa plastificada marmorizada plast.cast. 330g Dello CX 25 UN	cx	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
--	pasta sanfona média	Pasta sanfona média 240x330 c/12 divisões fumê SME-12P Plascony PT 1 UN	pt	3	R\$ 8,50	R\$ 25,50
--	clips n.2	Clips nr.2 (lata c/500g) Spiral PT 1 UN	pt	3	R\$ 10,00	R\$ 30,00
--	pen drive 8gb	Pen Drive 8gb DT101G2 Kingston CX 1 UN	cx	2	R\$ 35,00	R\$ 70,00
--	fichário univ. 4arg.	Fichário univ. 4 arg.em polipropileno pink 804-5 Acrimet PT 1 UN	pt	3	R\$ 15,00	R\$ 45,00
Total Custeio:					R\$ 615,30	
Total (Capital+Custeio):					R\$ 3.470,30	